



Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
Presidência do Conselho de Ministros

**V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-Discriminação
(2014-2017)**

Relatório intercalar de execução

2014

Março de 2015

ÍNDICE

Introdução	Página 3
Implementação das áreas estratégicas de intervenção	Página 5
Grau de execução do Plano: Síntese avaliativa	Página 64
Quadro-síntese	Página 65
Siglas utilizadas	Página 66

Introdução

Dando cumprimento ao estipulado na alínea e) do nº 4 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 103/2013, de 31 de dezembro, a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), enquanto entidade coordenadora do V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-Discriminação (2014-2017) - adiante designado de V PNI – procedeu à avaliação relativa ao primeiro ano de execução - 2014.

O presente relatório pretende reportar, essencialmente, o trabalho realizado durante o ano de 2014 pelas várias entidades públicas, da administração central, regional e local, e as organizações da sociedade civil envolvidas na execução do V PNI, tendo por referência as sete áreas estratégicas de intervenção¹ e as respetivas medidas que as integram. No final deste relatório, será apresentada a síntese avaliativa que reflete o grau de implementação em 2014.

Para a análise qualitativa e quantitativa da execução do V PNI, faz-se uma abordagem sequencial, medida a medida, em grupos correspondentes às áreas estratégicas. Pelo facto, já exposto, deste relatório incidir sobre o ano de 2014, a abordagem sequencial das medidas de política não abrange a totalidade das 70 medidas constantes do V PNI. Tal prende-se com o facto do V PNI ter uma calendarização das medidas e algumas não se destinarem ao ano de 2014, mas aos seguintes.

Conforme previsto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 103/2013, de 31 de dezembro, esteve em pleno funcionamento o grupo de apoio à entidade coordenadora do Plano, que integra representantes das seguintes instituições:

- a) Conselheiro/a da Presidência do Conselho de Ministros;
- b) Conselheiro/a do Ministério das Finanças;
- c) Conselheiro/a do Ministério dos Negócios Estrangeiros;
- d) Conselheiro/a do Ministério da Economia;
- e) Conselheiro/a do Ministério da Saúde;
- f) Conselheiro/a do Ministério da Educação e Ciência;
- g) Conselheiro/a do Ministério da Solidariedade, do Emprego e Segurança Social;

¹ Área Estratégica 1 – Integração da Perspetiva da Igualdade de Género na Administração Pública Central e Local; Área Estratégica 2 – Promoção da Igualdade entre Mulheres e Homens nas Políticas Públicas; Área Estratégica 3 – Independência Económica, Mercado de Trabalho e Organização da Vida Profissional, Familiar e Pessoal; Área Estratégica 4 – Orientação Sexual e Identidade de Género; Área Estratégica 5 – Organizações não –governamentais; Área Estratégica 6 – Comunicação Social, e; Área Estratégica 7 – Cooperação.

- h) Representante da Associação Nacional de Municípios Portugueses;
- i) Três representantes da secção das organizações não-governamentais do conselho consultivo da CIG, escolhidas de entre os respetivos membros.

Este grupo de trabalho reuniu ordinariamente três vezes no ano de 2014. Os dados constantes deste relatório foram coligidos pela CIG, a partir dos contributos recebidos por todos os Ministérios e pelas ONG representados no Conselho Consultivo da CIG.

Implementação das áreas estratégicas de intervenção

Área Estratégica 1 – Integração da Perspetiva da Igualdade de Género na Administração Pública Central e Local

- **Medida 1 - Promover a implementação, em cada ministério, de um plano para a igualdade, tendo em vista integrar a dimensão da igualdade de género e da não-discriminação na estrutura interna e na ação externa.**

Esta medida pretendia promover, num primeiro momento, a elaboração e aprovação dos Planos de Ação Sectoriais para a Igualdade em todos os Ministérios, cujo objetivo é o de facilitar a integração da perspetiva de género nas políticas, no planeamento, nas rotinas e nas práticas de toda a Administração Pública. Todos os Ministérios deveriam apresentar à Tutela da Igualdade os Planos Sectoriais aprovados pelos/as Ministros/as competentes. A CIG, durante o mês de maio, realizou reuniões com as conselheiras e conselheiros e equipas interdepartamentais de cada ministério para apoio na elaboração dos planos sectoriais (medidas internas e externas).

Cada ministério, enquanto responsável pela integração da perspetiva de género e da não discriminação em todas as suas esferas de atuação, e conforme Resolução do Conselho de Ministros Nº 161/2008, de 22 de outubro, que também aprova o estatuto das Conselheiras e Conselheiros para a Igualdade e respetivos membros das equipas interdepartamentais, deveria ter aprovado o Plano Sectorial para a Igualdade (PSI). No decorrer de 2014, foram elaborados, e aprovados pelas respetivas tutelas, 11² PSI's, a saber:

- Presidência do Conselho de Ministros;
- Ministério das Finanças;
- Ministério dos Negócios Estrangeiros;
- Ministério da Defesa Nacional;

² Embora se encontrem em processo de elaboração os planos sectoriais para a igualdade do Ministério da Justiça e do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, não se considerou a medida como executada relativamente a estes ministérios.

- Ministério da Administração Interna;
- Ministério da Economia;
- Ministério da Agricultura e do Mar;
- Ministério da Saúde;
- Ministério da Educação e Ciência;
- Secretaria de Estado da Cultura³.
- Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social.

- **Medida 2 – Formação de dirigentes, agentes da Administração Pública, conselheiros/as ministeriais para a igualdade e equipas interdepartamentais.**

Durante o ano de 2014, o CEJUR realizou uma ação de formação em Igualdade de Género, em parceria com a CIG, intitulada “Igualdade entre mulheres e homens e políticas públicas”, que decorreu no Instituto da Defesa Nacional, no dia 3 de dezembro (esta atividade dá resposta às medidas 3 e 7).

Esta iniciativa teve como principais objetivos fornecer informação sobre o contexto internacional e nacional das políticas públicas de igualdade entre mulheres e homens, bem como sobre os conceitos básicos em matéria de igualdade entre homens e mulheres e a associação desses conceitos à temática da linguagem dentro das instituições e como imagem das mesmas.

Por outro lado, a referida formação visou, num segundo módulo, não só trabalhar os aspetos da igualdade de género associados à linguagem normativa - fornecendo ferramentas que permitam a redação sem estereótipos de género - e facilitar a compreensão do impacto de género dos atos normativos e de como pode o mesmo ser avaliado *ex ante*.

Nesta ação de formação participaram 75 pessoas, 65 do sexo feminino e 10 do sexo masculino.

O CEJ publicou, em setembro de 2014, no âmbito da coleção Formação Inicial, um caderno sobre “Assédio no Trabalho”, integrando a importância da questão do género na análise do assédio moral. A Coleção Formação Inicial publica materiais trabalhados e desenvolvidos por Docentes do Centro de Estudos Judiciários na preparação das sessões com Auditores/as de Justiça do 1º ciclo de Formação dos Cursos de Acesso à Magistratura Judicial e à do Ministério Público. Sendo estes/as os/as primeiros/as destinatários/as, visa também constituir um instrumento de trabalho relevante

³ A área da Cultura, pelas suas especificidades próprias, tem um Plano Sectorial específico, embora esteja organicamente integrada na PCM.

quer para juízes/as e magistrados/as do Ministério Público em funções, quer para a restante comunidade jurídica.

Estas matérias são concretamente desenvolvidas nas sessões de trabalho com os auditores de justiça - futuros magistrados - quer na área Criminal, quer na área da jurisdição de Família e Crianças, quer na área Laboral. A análise, discussão e soluções são sempre orientadas para uma perspetiva de raciocínio e decisão interdisciplinar e aplicação da legislação interna interpretada de harmonia com as convenções internacionais a que Portugal se vinculou, e demais orientações - recomendações e pareceres - emanados dos diversos organismos de que Portugal faz parte, nomeadamente UE, ONU e Conselho da Europa.

No âmbito dos financiamentos da Tipologia 7.5, do POPH, foram promovidas 2 ações de formação (1 Lisboa e 1 Algarve) para inspetores/as do trabalho da ACT (1 do sexo masculino e 23 do sexo feminino).

- **Medida 3 – Promover ações de formação em igualdade, impacto de género das iniciativas legislativas e orçamentos sensíveis ao género para juristas responsáveis pelo processo legislativo.**

Como referido na Medida 2, durante o ano de 2014, o CEJUR, em colaboração com a CIG, realizou uma ação de formação intitulada “Igualdade entre mulheres e homens e políticas públicas”, no dia 3 de dezembro, tendo estado presentes 75 pessoas⁴.

- **Medida 5 – Assegurar a recolha, o tratamento e a divulgação de informação estatística relativa aos recursos humanos da Administração Pública, desagregada por sexo.**

Para boa execução desta medida, as seguintes publicações foram disponibilizadas dentro dos prazos previstos, durante 2014:

a) Síntese Estatística do Emprego Público (SIEP)

- 4.º Trimestre de 2013

⁴ Estas pessoas eram provenientes dos seguintes organismos: Presidência do Conselho de Ministros, Ministério das Finanças, Ministério da Defesa Nacional, Ministério da Administração Interna, Ministério da Justiça, Ministério da Economia, Ministério da Agricultura e do Mar, Ministério da Educação e Ciência, Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social e Autarquias Locais.

- 1.º Trimestre de 2014
- 2.º Trimestre de 2014
- 3.º Trimestre de 2014

b) Boletim Estatístico do Emprego Público - BOEP

- n.º 10 (abril 2014)
- n.º 11 (outubro 2014)

Foram igualmente enviados 69 Quadros em Excel para a Base Dados Estatísticos no Portal de Estatísticas Oficiais do INE, IP.

- **Medida 6 – Assegurar a recolha, tratamento e divulgação de informação estatística, desagregada por sexo, relativa à execução de todas as políticas públicas.**

Durante 2014, foi recolhida a informação relativa a 2013 e construídos e divulgados no Dossier de Género (DG), no tema *Decisão*, os indicadores seguintes:

- “Dirigentes no sector das administrações públicas (N.º) por Sexo, Cargo e Subsector de administração” (HM - 9 901; H – 4 810; M – 5 091).
- “Proporção de dirigentes no sector das administrações públicas (%) por Sexo, Cargo e Subsector de administração” (H – 48,6%; M – 51,4%).

Os dois indicadores foram recalculados para 2012 e divulgados no Dossier de Género, devido à revisão de dados operada pela DGAEP tendo em conta a atualização do universo de entidades segundo as contas nacionais para 2012. Os indicadores estão disponíveis no DG desde 11 de dezembro.

O INE, I.P., entidade responsável pela execução da medida, estabeleceu contacto com todos/as Conselheiros/as, identificados/as pela CIG, no sentido de ser garantida a implementação da medida em causa, bem como o envio anual a este instituto do “Indicador de resultados” definido no V PNI - “nº de Serviços da Administração Pública que asseguram a recolha, tratamento e divulgação de informação estatística, desagregada por sexo, originada no exercício das competências que lhes estão atribuídas”, durante a primeira quinzena de cada ano.

- **Medida 7 – Assegurar, a nível institucional, a adoção de uma política comunicacional não-discriminatória em função do sexo e promotora da igualdade de género, em todos os organismos públicos.**

Como referido nas Medidas 2 e 3, durante o ano de 2014, o CEJUR, em colaboração com a CIG, realizou uma ação de formação intitulada “Igualdade entre mulheres e homens e políticas públicas”, no dia 3 de dezembro. Esta ação de formação estava integrada no II Curso de Formação em Igualdade de Género. De entre os módulos ministrados, destacam-se 2: Relação entre género, comunicação e linguagem e Práticas comunicacionais institucionais inclusivas (análise de recursos comunicacionais da administração pública).

Na informação reportada pelas diferentes Entidades, 5⁵ Ministérios informaram que a documentação institucional adota uma política comunicacional não-discriminatória em função do sexo e promotora da igualdade de género.

De salientar, a realização de uma ação subordinada ao tema Linguagem Inclusiva para adoção de uma política comunicacional não-discriminatória em função do sexo e promotora da igualdade de género, destinada a Dirigentes e Técnicos Superiores, do Instituto Nacional de Reabilitação I.P. (INR)⁶.

- **Medida 8 – Promover a implementação de Planos Municipais para a Igualdade.**

Em março de 2014, a CIG enviou ofícios a todas as Câmara Municipais com o objetivo de disseminar modelos de Planos Municipais para a Igualdade e anexando a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime Jurídico das Autarquias Locais, Art.º 33º) q) “Assegurar a integração da perspetiva de género, em todos os domínios de ação do município, designadamente através da adoção de planos municipais para a igualdade”.

Durante 2014, foram aprovados 31 novos Planos Municipais para a Igualdade⁷.

⁵ Presidência do Conselho de Ministros, Ministérios da Economia, Solidariedade, Emprego e Segurança Social, Defesa Nacional e Justiça.

⁶ Número de participantes: 35.

⁷ Barcelos, Oliveira de Azeméis, Alfândega da Fé, Coimbra, Miranda do Corvo, Figueira de Castelo Rodrigo, Matosinhos, Paços de Ferreira, Lagoa (Faro), Alcobaça, Nazaré, Óbidos, Ansião, Peniche, Amadora, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Bombarral, Cadaval, Lourinhã, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras, Lousada, Paredes, Valongo, Vila do Conde, Vila Nova de Famalicão, Almada, Alcochete, Setúbal, Mesão Frio.

Igualmente, a CIG articulou com as Autarquias que já detêm Plano Municipal para a Igualdade, no sentido do apoio técnico para a sua implementação, ou então junto das autarquias que detêm protocolo com a CIG, mas que ainda não possuem Plano Municipal para a Igualdade, para dar o apoio técnico necessário para a sua elaboração.

Por forma a apoiar os Municípios na implementação de Planos para a Igualdade, a CIG, no período de setembro a dezembro de 2014, realizou reuniões com as seguintes autarquias: Distrito de Leiria (16 de outubro): Leiria e Ansião; Distrito de Beja (dia 28 de outubro): Aljustrel, Almodôvar, Castro Verde, Ferreira do Alentejo, Ourique, Beja e Alvito; Distrito de Santarém (29 de outubro): Santarém, Golegã, Rio Maior, Cartaxo, Salvaterra de Magos; Distrito de Faro (5 de novembro): Tavira, Aljezur, Castro Marim, Loulé, Olhão, Vila do Bispo, Vila Real de Santo António, São Brás de Alportel e AMAL; Comunidade Intermunicipal do Oeste (6 de novembro); Distrito de Évora (18 de novembro): Estremoz e Évora; Distrito de Setúbal (20 de novembro): Palmela.

Em parceria com a CM do Seixal, a CIG continuou a acompanhar e colaborar com a autarquia na implementação do Projeto socioeducativo "De igual para igual", no âmbito do Plano Municipal para a Igualdade Local, através da participação nas sessões promovidas pelas autarquias com intervenções sobre a educação.

- **Medida 9 – Promover a nomeação de conselheiros/as locais para a igualdade.**

Em março de 2014, a CIG enviou ofícios a todas as Câmara Municipais, anexando a Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2010, que aprova o quadro de referência do Estatuto das Conselheiras e dos Conselheiros Locais para a Igualdade. No final de 2014, haviam sido nomeadas/os 37 novas/os Conselheiras/os para a Igualdade⁸, ao nível Local.

- **Medida 10 – Promover a formação em igualdade de género, cidadania e não-discriminação para os/as conselheiros/as locais para a igualdade, bem como para dirigentes e restante pessoal autárquico.**

A CIG ministrou quatro ações de formação sobre igualdade de género e não discriminação para conselheiras e conselheiros e equipas das autarquias de Vila Real, Funchal, Campo Maior e Ovar.

⁸ Angra do Heroísmo, Ponta Delgada, Madalena do Pico, S. Roque do Pico, Cabeceiras de Basto, Vila Real, Boticas, Ovar, Lousada, Miranda do Douro, Mirandela, Monção, Sever do Vouga, Oliveira do Hospital, Vila do Conde, Vila Nova de Famalicão, Paredes de Coura, Cinfães, Castelo de Paiva, Alvito, Campo Maior, Barcelos, Fundão, Penamacor, Almeida, Celorico da Beira, Meda, Manteigas, Pinhel, Batalha, Bombarral, Nazaré, Óbidos, Peniche, Cadaval, Entroncamento, Barreiro.

Nos dias 17 e 18 de março a CIG promoveu, no Município de Vila Real, uma formação com o objetivo de promoção a Igualdade de Género nas políticas locais, tendo por base a Elaboração e o Desenvolvimento de Planos Municipais para a Igualdade, em conformidade com a Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e dos Homens na Vida Local. Estiveram envolvidos nesta Formação 16 Municípios, a saber: Vila Real, Alfandega da Fé, Boticas, Bragança, Braga, Barcelos, Chaves, Gondomar, Guimarães, Macedo de Cavaleiros, Vila Pouca de Aguiar, Santa Marta de Penaguião, Vila Verde, Valongo, Torre de Moncorvo, Oliveira de Azeméis.

Nos dias 26 e 27 de maio, em Campo Maior, a CIG ministrou formação a vários municípios dos distritos de Portalegre, Castelo Branco e Viseu.

Com o mesmo objetivo das formações anteriores, a CIG promoveu uma formação nos dias 13 e 14 de outubro, no Município de Ovar. Estiveram envolvidos nesta Formação 13 Municípios, a saber: Ovar, Braga, Cinfães, Estarreja, Espinho, Lousada, Mangualde, Monção, Famalicão, Oliveira de Azeméis, Sever do Vouga, St^a Maria da Feira, Vila Verde.

Entre os dias 24 a 26 de novembro de 2014, a CIG ministrou uma ação de formação sobre a implementação de planos municipais para a igualdade na Região Autónoma da Madeira, junto de conselheiras e conselheiros locais, bem como para dirigentes e restante pessoal autárquico, que decorreu no Funchal.

Estas formações caracterizam-se por ter um referencial para 18 horas de formação onde são abordados temas relacionados com a igualdade de género, violência doméstica, tráfico de seres humanos, entre outros, no sentido da sensibilização para a implementação de estratégias de integração da perspetiva de género nas políticas e ações promovidas pelas autarquias. Ao longo de dois dias de trabalhos são apreendidos novos conceitos e metodologias com vista à elaboração do Plano Municipal para a Igualdade, entendido como instrumento de política local que estabelece a Estratégia de transformação das relações sociais entre homens e mulheres.

- **Medida 11 – Promover ações de sensibilização destinadas à integração da perspetiva de género nas organizações e nas políticas locais.**

A CIG promoveu, durante 2014, 8 Ações de Sensibilização realizadas nos Municípios de: Ourém (16 de janeiro), Oliveira de Azeméis (9 de abril), Figueira da Foz (7 de maio), Madalena do Pico (de 29 de setembro a 1 de outubro), Alfandega da Fé (4 de novembro), Monção (12 de novembro), Mirandela (16 de dezembro), e Terras de Bouro (17 de dezembro). Em todas as ações participaram

Conselheiros e Conselheiras Municipais para a Igualdade, Técnicos/as das Autarquias e outros Técnicos da Rede Social, no âmbito das quais foram abrangidas um total de 179 pessoas (145 do sexo feminino e 34 do sexo masculino). De salientar que estiveram envolvidos 27⁹ Municípios.

Realização do “1 Encontro de Boas Práticas”, organizado pelo Município de Vila Verde, dirigido a todos os Municípios do Distrito de Braga, tendo participado os seguintes Municípios: Terras de Bouro, Vieira do Minho, Esposende, Barcelos, Guimarães, Vizela, Celorico de Basto, Braga, além de Vila Verde¹⁰.

Em simultâneo foram desenvolvidos *workshops* de informação e sensibilização sobre a importância dos Planos Municipais para a Igualdade - Estratégias de Intervenção para as Autarquias -, com módulos de 4 horas de duração cada, que decorreram nos dias 2 e 3 de dezembro. Esta ação foi dirigida a todos os Municípios do Distrito de Bragança, Parceiros Locais, e Núcleos de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica, tendo participado os seguintes Municípios: Bragança, Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Alfandega da Fé, Torre de Moncorvo, Mogadouro¹¹.

A UMAR e a Câmara Municipal de Gondomar promoveram uma ação de formação sobre os conceitos de igualdade de género e prevenção da violência. Estiveram presentes 29 pessoas (2 do sexo masculino e 27 do sexo feminino). A formação teve a duração de 18 horas, distribuídas por 6 dias, para técnicos/as da Câmara Municipal de Gondomar e outros/as profissionais que trabalham com jovens.

No âmbito das tipologias de intervenção 7.2. (Planos para a Igualdade) e 7.3. (Apoio Técnico e Financeiro às Organizações Não Governamentais), foram realizadas 87 ações de sensibilização destinadas a pessoal das autarquias. Foram abrangidas 8.459 pessoas.

- **Medida 12 – Atribuir o prémio bienal para Municípios «Viver em igualdade».**

As candidaturas ao Prémio Viver em Igualdade decorreram de 14 de abril a 16 de maio de 2014. Este Prémio destina-se a distinguir Municípios com boas práticas na integração da dimensão da

⁹ Ourém; Oliveira de Azeméis; St^a Maria da Feira, Ovar, Arouca, Sever do Vouga, Albergaria-a-Velha, Estarreja, Espinho, Vila Real, Figueira da Foz; Arganil, Pampilhosa da Serra, Vila Nova de Poiares; Madalena do Pico Açores; S. Roque do Pico, Alfandega da Fé; Bragança, Mogadouro, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Monção; Mirandela; Bragança, Macedo de Cavaleiros, Terras de Bouro; Vila Verde.

¹⁰ Estiveram envolvidos 36 participantes.

¹¹ Estiveram envolvidos 200 participantes.

Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação, quer na sua organização ou funcionamento, quer nas atividades por si desenvolvidas.

Durante os meses de julho e agosto, decorreram as reuniões de avaliação das 19 candidaturas admitidas. O júri considerou que as candidaturas, no seu conjunto, revelaram uma preocupação na integração da Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação, na sua organização e/ou funcionamento, e nas atividades por si desenvolvidas, bem como, de que uma noção clara desta dimensão concorre para o bem-estar das populações em geral e que por isso constitui um fator de desenvolvimento humano da maior importância. Salientou também que as candidaturas valorizaram a demonstração material das atividades, bem como a sua avaliação e autoavaliação.

Assim, o júri distinguiu com o “Prémio Viver em Igualdade” (por ordem alfabética): Abrantes, Cascais, Odivelas, Santa Maria da Feira, Seixal, Valongo. O júri entendeu igualmente atribuir Menção Honrosa aos seguintes municípios (por ordem alfabética): Águeda, Angra do Heroísmo, Funchal, Lousã. A Sessão Pública de entrega dos certificados de mérito decorreu no dia 24 de outubro, «Dia Municipal para a Igualdade».

- **Medida 13 – Assinalar o «Dia Municipal para a Igualdade».**

De acordo com a informação reportada à CIG pela Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP), 30 Municípios assinalaram o “Dia Municipal para a Igualdade” com a realização de uma série de iniciativas diversificadas, dirigidas e abertas à comunidade em geral e também a públicos mais específicos, das quais se enumera:

1. **Município de Viseu:** Ação de sensibilização nas escolas com partilha de experiências entre idosos e crianças sobre o tema da igualdade de género e oportunidades. Criação de um mural alusivo à temática da Igualdade.
2. **Município de Valongo:** colocação de lona no edifício dos Paços do Concelho com inscrição alusiva à data. Distribuição de lápis junto dos/as colaboradores/as do Município com inscrição a assinalar a data.
3. **Município de S. Pedro do Sul:** iniciativa em parceria com Agrupamento de Escolas, CPCJ GNR, Centro de Saúde, Biblioteca Municipal, com projeção de curtas metragens, leitura de trechos e poemas e distribuição de trabalhos realizados por discentes das escolas.
4. **Município Alportel:** realização de sessão para todos os colaboradores do Município com a apresentação dos resultados do “Diagnóstico Organizacional”.

5. **Município de S. Roque do Pico:** distribuição de panfletos sobre parentalidade.
6. **Município de Rio Maior:** Cerimónia de assinatura do Protocolo com a CIG.
7. **Município de Pombal:** realização de uma sessão de rua para sensibilização dos munícipes para a temática da Igualdade. Entrega de porta-chaves alusivos à temática.
8. **Município de Vila Nova de Poiares:** realização de uma Caminhada para a Igualdade, convívio cultural e Mesa Redonda sob o lema "Igualdade é Desenvolvimento".
9. **Município Póvoa do Varzim:** ação de sensibilização destinada aos habitantes dos agrupamentos habitacionais do concelho, sob o tema "A caminho da Igualdade"¹².
10. **Município de Ourém:** debate denominado " À conversa com ... Igualdade de Género".
11. **Município de Oliveira de Azeméis:** realização de ação de sensibilização dinamizada pelo grupo de Trabalho da Igualdade e Responsabilidade Social. Palestra "Equipas Vencedoras".
12. **Município de Odivelas:** ação de formação em linguagem inclusiva dirigida a trabalhadores do Município. Ciclo temático na área da violência dirigida a técnicos e profissionais.
13. **Município de Nisa:** Mesa Redonda sobre o tema "Igualdade de Género" com a participação dos alunos do agrupamento de escolas local.
14. **Município da Lousã:** ação de sensibilização sobre a temática junto da comunidade escolar. Ação de rua com distribuição de balões alusivos ao dia. Corrida pela igualdade.
15. **Município de Lisboa:** Realização de um Fórum designado "Conciliação. Tempo e Pessoas". Inauguração de memorial Maria de Lurdes Pintasilgo. Marcha pela Igualdade.
16. **Município de Leiria:** Painel/ação de sensibilização dirigido a todos os organismos públicos e Instituições do concelho. Contou com a participação do núcleo empresarial local e IPSS de apoio a vítimas de violência doméstica. Apresentação do Plano Municipal para a Igualdade.
17. **Município da Horta:** Fórum de discussão com o tema "Promover para viver em Igualdade".
18. **Município de Gouveia:** Tertúlia sobre a Igualdade de Género.
19. **Município de Góis:** Distribuição de *flyers* "pequenos gestos fazem a diferença".

¹² Ação promovida em parceria com a UMAR.

20. **Município de Felgueiras:** Peça de teatro intitulada “ Os brincos à Ronaldo e outras histórias”.
21. **Município de Boticas:** Oficina prática para alunos sobre cidadania, igualdade e não discriminação.
22. **Município de Almeirim:** Abordagem do tema junto dos alunos do pré-escolar e 1º ciclo.
23. **Município de Alcanena:** Desafio fotográfico “Olhares sobre a Igualdade” e atividade intergeracional “ Pintar para a Igualdade”.
24. **Município de Alfândega da Fé:** assinalou o Dia Municipal da Igualdade com ações de sensibilização junto de colaboradores e colaboradoras e população em geral. A iniciativa pretendeu sensibilizar para a necessidade de promover e educar para a igualdade de género, adotando comportamentos e práticas que visam a construção de um município inclusivo. Para tal foi elaborado um guião onde constam as normas e regras a observar.
25. **Município de Mirandela**¹³.
26. **Município da Figueira da Foz:** Desenvolvimento de um conjunto de ações que visaram aprofundar a efetiva igualdade entre mulheres e homens
27. **Município de Oliveira do Hospital:** No âmbito das comemorações do Dia Municipal para a Igualdade, o Município promoveu concertos de música, cinema ao ar livre, exposições e debates. No salão nobre dos Paços do Município assinou um protocolo com a CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, e a ESTGOH – Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital. Após a inauguração da exposição “A Transmissão da Vida”, com a presença do sócio fundador da Sociedade Portuguesa de Medicina da Reprodução (SPMR), Agostinho Almeida Santos, seguiu-se um painel de conversas sobre a temática da igualdade.
28. **Município de Vila Verde**¹⁴.
29. **Município de Póvoa de Lanhoso:** aderiu à campanha nacional “Igualdade é Desenvolvimento”, promovida pela Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local (ANIMAR). Para tal, foram distribuídos folhetos e laços em diversos espaços municipais com o objetivo principal de colocar no centro das atenções a temática da Igualdade enquanto promotora de Desenvolvimento, e de informar e sensibilizar.

¹³ Sem informação sobre as atividades desenvolvidas.

¹⁴ Sem informação sobre as atividades desenvolvidas.

30. **Município de Grândola:** Organização de um ciclo de conversas no dia 24 de outubro, que teve lugar no Auditório da Biblioteca Municipal de Grândola.

Decorrente do projeto “A Igualdade de Género como Exercício da Cidadania” financiado pelo Eixo 7 do POPH, e pretendendo-se como resultado que em todos os concelhos do país, sem exceção, pudesse existir pelo menos uma iniciativa pública de visibilidade sobre o tema da Igualdade, a Animar tem desafiado, desde 2013, um conjunto de organizações nacionais a associarem-se à comissão organizadora, entre as quais Amnistia Internacional, ANAFRE, APAV, Cáritas Portuguesa, CASES, FENACERCI, Raízes e União das Mutualidades. Assim, durante 2014, foram envolvidas 162 entidades, coordenadas pela Comissão Organizadora e promovidas 45 iniciativas¹⁵ que envolveram 34¹⁶ concelhos do país.

¹⁵ Tipologia de Atividades Desenvolvidas: Projeção de Filmes e Debates; Exposições; Tertúlias; Ações de Sensibilização; Atividades de Divulgação; Largada de Balões; Atividades Desportivas; Atividades em contexto de escola; Sessões Esclarecimento; Apresentações de Livros; Elaboração de materiais de divulgação; *Ateliers* de Pintura; Atividades Intergeracionais; Conferências; Jogos Interação; Atividades lúdicas para crianças; Espetáculos de Teatro e Dança; Caminhadas; Entrega de Prémios; Campanhas; Visitas Guiadas; *Workshops*; Atividades de educação não formal; Exposições de rua; Visitas a empresas; Assinatura de Protocolos; Apresentação de publicações; Convívios culturais; Eventos de Homenagem; Corridas; Fóruns; Concerto Jazz; Ciclos de Conversas.

¹⁶ Abrantes, Alcanena, Almada, Alvito, Amarante, Barreiro, Beja, Braga, Cascais, Covilhã, Felgueiras, Góis, Gouveia, Grândola, Guarda, Lagoa, Lisboa, Lousã, Marco de Canaveses, Matosinhos, Mértola, Montalegre, Oeiras, Póvoa do Lanhoso, Rio Maior, Salvaterra de Magos, São Pedro do Sul, Seixal, Sintra, Tomar, Viana do Castelo, Vila Nova de Poiares, Vila Real, Póvoa de Varzim.

Área Estratégica 2 – Promoção da Igualdade entre Mulheres e Homens nas Políticas Públicas

2.1 – Educação, Ciência e Cultura

- Medida 14 – Produzir materiais pedagógicos, em todos os suportes, promotores da igualdade de género e da cidadania:
 - a) Elaborar o Guião de Educação, Género e Cidadania para o ensino secundário;
 - b) Elaborar um Referencial de Educação para a Igualdade de Género.

a) O Guião de Educação – Género e Cidadania para o ensino secundário encontra-se em fase de desenvolvimento. Prevê-se que a primeira versão esteja concluída em abril de 2015.

b) Foi constituído um grupo de trabalho (Grupo de Trabalho do Referencial de Educação para a Igualdade de Género- GTREIG) para elaborar uma proposta de Referencial de Educação para esta área que integra as seguintes entidades: DGE, CIG e Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres.

Em 2014, realizaram-se 2 reuniões de trabalho para se definir a calendarização do processo, a definição do tipo e da natureza do documento e para se elencarem os conteúdos que se pretende que constem do referencial.

A OIKOS promoveu a construção, no âmbito do Projeto¹⁷ “MediArte: Educar para a Igualdade de Género através da Arte Multimédia”, do Percurso Informativo “Roteiro para a Igualdade de Género”¹⁸; da “Videoteca de Educação para a Igualdade de Género”¹⁹; Produção de DVD de

¹⁷ O Projeto MediARTE – Educar para a Igualdade de Género através da Arte Multimédia é desenvolvido pela Delegação Norte da Oikos com o propósito de reforçar o papel ativo da sociedade civil, em especial de estudantes e entidades educativas, na promoção da Igualdade de Género.

¹⁸ Disponível online em <http://www.mudaofilme.oikos.pt/pt/sou-estudante/percurso-de-aprendizagem/roteiro-para-a-igualdade-de-genero-estudante/i-uma-introducao-a-igualdade-de-genero>

¹⁹ Disponível online em <http://www.mudaofilme.oikos.pt/pt/sou-estudante/videoteca-2>

recursos de Educação para a Igualdade de Género; Produção de cartazes informativos sobre Igualdade de Género.

- **Medida 15 – Promover a divulgação e a aplicação dos materiais pedagógicos produzidos.**

Foram promovidas, em 2014, 20 ações de formação acreditadas para docentes sobre Género, Cidadania e Educação, para aplicação dos Guiões de Educação Género e Cidadania (17 na modalidade de oficina de formação e 3 na modalidade de curso de formação, online), com um total de 828 horas de formação. Estas ações envolveram 438 formandas/os de 90 agrupamentos de escolas. Este reporte não contempla 8 ações de formação iniciadas no último trimestre de 2014, a concluir em 2015.

Esta atividade cumpre igualmente a medida 17.

A OIKOS promoveu a divulgação, no âmbito do Projeto “MediArte”, do sítio informativo de suporte ao projeto, sobre Igualdade de Género - <http://www.mudaofilme.oikos.pt/> ; Divulgação do Percurso Informativo “Roteiro para a Igualdade de Género”. (disponível online em <http://www.mudaofilme.oikos.pt/pt/sou-estudante/percurso-de-aprendizagem/roteiro-para-a-igualdade-de-genero-estudante/i-uma-introducao-a-igualdade-de-genero>); Divulgação da “Videoteca de Educação para a Igualdade de Género”. (disponível online em <http://www.mudaofilme.oikos.pt/pt/sou-estudante/videoteca-2>); Divulgação de DVD de recursos de Educação para a Igualdade de Género; Divulgação de cartazes informativos sobre Igualdade de Género.

- **Medida 17 – Incentivar a introdução da temática da igualdade de género na formação pedagógica inicial e contínua de profissionais de educação.**

Conforme descrito na medida 15, foram promovidas, e concluídas, 20 ações de formação acreditadas para docentes sobre Género, Cidadania e Educação, para aplicação dos Guiões de Educação Género e Cidadania.

A UMAR e a FPCEUP promoveram 2 cursos para a inclusão da igualdade de género nos currícula educativos dos/as docentes. Os cursos tiveram a duração de 50 horas. Foram abrangidas 39 pessoas (4 do sexo masculino e 35 do sexo feminino).

A APEM participou numa palestra sobre *Género e bullying - O cyberbullying*, na Escola Secundária Prof. Reynaldo dos Santos, em Vila Franca de Xira, para docentes, alunos e encarregados de educação da instituição; e realizou o *Workshop Epistemological Bias and Power Relations in Adult Education: Gender questions*, no dia 24 de julho, em Coimbra. Colaborou, ainda, na organização do último número de 2014 da Revista Exedra, da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Coimbra, sobre Sexualidade, Género e Educação. *Link* para acesso à Revista: <http://www.exedrajournal.com/?p=323>

- **Medida 18 – Integrar a dimensão da igualdade entre mulheres e homens na organização e funcionamento escolar.**

A UMAR – Universidade Feminista, a UMAR Coimbra e *Gender Workshops* – CES (Centro de Estudos Sociais) de Coimbra, organizaram sessões de sensibilização e reflexão sobre o sexismo, as violências e representações de género reproduzidas na praxe académica, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, no dia 25 de setembro.

A UMAR realizou 14 *Workshops* sobre: Igualdade de Género e não discriminação; Sexualidades e DSR; Género e ambiente; Orientações sexuais; História dos Direitos das Mulheres; Prevenção da Violência no namoro; MGF (2 *Workshops* por cada tema). Estes incluíam atividades de apoio individual e de grupo para estudantes, com utilização de materiais existentes no seu Centro de Documentação. Foram realizadas 105 sessões em escolas da região do Porto.

- **Medida 19 – Introduzir a categoria de Estudos de Género nas linhas de financiamento da FCT, I.P., de apoio à investigação em Portugal.**

O Conselho Diretivo da FCT, I.P. deliberou, na sua reunião de 15 maio de 2014, adotar a classificação "*Fields of Science and Technology*" (FOS) constante na metodologia do Manual de Frascati. Na classificação FOS, no tópico Sociologia, existe um subtópico "*Women's and gender studies*". Nesta conformidade, a FCT, I.P. tem vindo a utilizar a classificação FOS, a qual inclui a categoria de Estudos de Género. A partir desta data, esta classificação tem vindo a ser progressivamente implementada nos concursos FCT, de modo a que, em 2015, já esteja presente em todos os concursos.

- **Medida 21 – Atribuir a distinção «Mulheres criadoras de cultura».**

Esta distinção pretende reconhecer mulheres que se têm notabilizado em vários domínios da produção cultural em Portugal e tem como objetivo garantir uma visibilidade equilibrada entre mulheres e homens, isenta de estereótipos ou de preconceitos.

Foram distinguidas como “Mulheres Criadoras de Cultura”, em 2014, a *designer* de moda Alexandra Moura, a ilustradora Danuta Wojciechowska, a atriz Glória de Matos, a artista plástica Graça Morais e a realizadora Teresa Villaverde.

A Cerimónia de Entrega das Distinções, organizada pelo GEPAC e pela CIG, decorreu no Teatro Nacional de São Carlos, em Lisboa, no dia 18 de dezembro, com a presença da Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e Igualdade e do Secretário de Estado da Cultura.

- **Medida 22 – Divulgar informação relativa à promoção da igualdade de género na cultura.**

No âmbito desta medida, salienta-se o desenvolvimento do “Programa Igualdade(s) nas Artes e na DGARTES”, articulado em 9 (nove) projetos:

- Para a Iniciativa Igualdade de género na Cultura e nas Artes;
- Sem ideias não há Projetos;
- Blogue Em Cada Rosto Igualdade;
- Diretoras e Criadoras nas Artes do Espetáculo na esfera do serviço público;
- Vá ao Teatro, Ganhe Igualdade;
- Em Conjunto Pela Igualdade de Género «2014»;
- Em busca de Indicadores;
- Pequenas Coisas;
- Gestão do Programa.

Este Programa está aliás plasmado no Relatório Unificado anual, elaborado no âmbito da Direção-Geral das Artes, que regista os balanços e planeia de forma plurianual, numa perspetiva de articulação com os demais intervenientes da área da Cultura na Presidência do Conselho de Ministros e, em particular, da intervenção da equipa Interdepartamental da Igualdade, da/o(s) Conselheira/o(s), e também da CIG.

Procedeu-se ao desenvolvimento do Projeto «Blogue em Cada Rosto Igualdade», no qual foram efetuadas, durante o ano de 2014, 479 atualizações.

2.2 – Saúde

- **Medida 23 – Realizar ações de sensibilização e de formação sobre igualdade de género em saúde.**

O Ministério da Saúde, durante 2014, organizou/participou em diversas ações que concorrem para a execução desta medida, a saber:

- Ações de Formação Inicial (6) da Ação de Saúde sobre Género, Violência e Ciclo de Vida²⁰.
- Aula Curso de Sociologia do ISCSP “Como vai essa Saúdinha?”.
- Comunicação “Género e Políticas de Saúde” no IV Congresso Nacional de Saúde Pública²¹.
- Conferência “Medicina e Género: uma realidade desvalorizada”, em Seminário da IV Semana Municipal para a Igualdade – Póvoa de Lanhoso.
- Apresentação do referencial técnico “Violência Interpessoal – Abordagem, Diagnóstico e Intervenção nos Serviços de Saúde”, nas III Jornadas Nacionais contra a Violência Doméstica.

Foi assinado, no dia 22 de julho 2014, protocolo entre a CIG, DGS, APF e a Escola Superior de Enfermagem de Lisboa, com vista à realização do 2º curso de pós-graduação “Saúde da Mulher – A Mutilação Genital Feminina”. Assinou-se ainda, no dia 30 de julho, um protocolo entre a CIG, DGS, APF e a Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Setúbal, igualmente com vista à realização de curso de pós-graduação sobre MGF. Ambos os cursos dirigir-se-ão a profissionais de saúde indicados pela DGS (médicos e enfermeiros) que desempenham funções no distrito de Lisboa e Setúbal (respetivamente), em particular nas áreas de risco de MGF. Desenvolveram-se trabalhos de planeamento e concepção dos currículos no 2º semestre de 2014. Ambos os cursos têm um módulo dedicado à Violência de Género, no qual são exploradas as várias formas de violência contra as mulheres. Ambos os cursos vieram a iniciar-se na 1ª quinzena de janeiro de 2015.

De 14 a 15 de julho de 2014, decorreu, em Coimbra, o «II Seminário Sexualidade, Género e Educação: olhares múltiplos». Este seminário assumiu-se como um encontro internacional de docentes e especialistas de vários países – Portugal, Brasil, Espanha e França – destinado a partilhar projetos de investigação e experiências educativas em contextos diversificados. A CIG e a APEM estiveram envolvidas no evento.

²⁰ 180 participantes – 90% do sexo feminino.

²¹ 500 participantes.

No âmbito de projetos da Tipologia de Intervenção 3.6 – Qualificação dos Profissionais da Saúde – do POPH, a APF promoveu, ao longo de 2014, 7 cursos para profissionais de saúde, a saber:

- APF Lisboa, com dois cursos sobre “Psicoeducação para famílias/competências parentais” e “Promoção de projetos de educação para a saúde em meio escolar”;
- APF Alentejo, com duas Ações de Formação sobre “Jovens, Sexualidade e Riscos”, e “Violência e Maus Tratos a Pessoas Vulneráveis”;
- APF Centro, com três Ações de Formação sobre “Psicoeducação para famílias/competências parentais”, “IVG: aspetos médicos” e “Aconselhamento e prevenção de abusos e violência sexual”.

- **Medida 25 – Promover a integração da perspectiva de género no desenvolvimento dos principais programas de saúde no domínio das Doenças Transmissíveis, Doenças não Transmissíveis, Saúde Sexual e Reprodutiva e Violência ao Longo do Ciclo de Vida.**

Para execução desta medida, o Ministério da Saúde reportou os Programas (que estão a iniciar ou reforçar a desagregação de dados por sexo), com integração da abordagem de género:

- Programa Nacional de Saúde Infantil e Juvenil
- Ação de Saúde para Crianças e Jovens em Risco
- Ação de Saúde sobre Género, Violência e Ciclo de Vida

Relativamente ao rastreio em mulheres grávidas, encontra-se preparada uma circular normativa, do Ministério da saúde, com orientações para esta área, que, contudo, e por uma questão de estratégia integrada, será englobada numa perspetiva transversal, através da Ação de Saúde sobre Género, Violência e Ciclo de Vida (ASGVCV). O INML participou, em 2014, em 3 reuniões do Grupo de trabalho sobre Ação de Saúde sobre Género, Violência e Ciclo de Vida (ASGVCV), na Direção Geral-Saúde.

Por outro lado, a CIG participou, em 2014, nos seguintes Grupos de Trabalho:

- “Fórum Nacional Álcool e Saúde” (FNAS), em articulação com o Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD). O objetivo geral é diminuir a exposição ao álcool e as suas consequências nefastas em crianças por nascer e em crianças inseridas em famílias com problemas ligados ao álcool e reduzir o consumo de bebidas alcoólicas por crianças e jovens. O contributo da CIG, enquanto entidade parceira, é a integração da perspetiva de género nos trabalhos do FNAS;

- "Conselho Consultivo do Programa Nacional para a Infecção VIH/SIDA", em articulação com a Direção-Geral da Saúde (DGS). O Programa pretende assinalar, para os próximos anos, uma orientação clara e uma coordenação efetiva para as estratégias preventivas, as boas práticas em cuidados clínicos e em apoio social, que permitam a articulação com outras infeções sexualmente transmitidas, as hepatites víricas e a tuberculose, infeções relacionadas com a infeção por VIH, garantindo um envolvimento multisectorial concertado, promovendo a mudança de comportamentos e atitudes, indispensável nos vários níveis de prevenção e para contrariar o estigma e a discriminação social.

No Exército, foi criado, e aprovado superiormente, o módulo de formação "Saúde e Género", a ministrar aos cursos de formação inicial e nos aprontamentos das Forças Nacionais Destacadas (FND), cujos temas são os seguintes: a eliminação dos estereótipos de género; o planeamento familiar, a contraceção e interrupção voluntária da gravidez; o atendimento não discriminatório; a violência doméstica; e a mutilação genital feminina.

Durante o ano 2014, na Força Aérea, foram realizadas 5 ações de sensibilização a alunos/as da Academia da Força Aérea (AFA) no âmbito desta temática. O Centro de Saúde da Base Aérea n.º 1, que presta apoio médico-sanitário à AFA, promove consultas de Planeamento Familiar.

- **Medida 26 – Assegurar a desagregação por sexo e a análise, sob a perspetiva de género, da informação estatística sobre saúde e dos dados epidemiológicos acerca da população residente em Portugal.**

Durante o ano de 2014, o INE procedeu à publicação regular das Estatísticas da Saúde e do Risco de Morrer (esta última, em colaboração com a DGS). Num e noutro caso, a publicação dos dados sobre pessoas contempla a desagregação por sexo.

2.3 – Juventude e Desporto

- **Medida 27 – Promover ações de sensibilização/formação para a igualdade de género e não-discriminação, destinadas a jovens.**

Na execução desta medida, e no âmbito dos financiamentos do Eixo 7, do POPH, foram abrangidos/as, por ações de sensibilização/formação para a igualdade de género e não discriminação, 17.393 jovens²². Por Regiões: Lisboa – 225 do sexo masculino, 344 do sexo

²² 8.626 do sexo masculino e 8.767 do sexo feminino.

feminino; Algarve - 373 do sexo masculino, 458 do sexo feminino; Alentejo – 1.479 do sexo masculino, 1.397 do sexo feminino; Norte - 3.423 do sexo masculino, 3.302 do sexo feminino; Centro - 3.126 do sexo masculino, 3.266 do sexo feminino.

Destaca-se ainda a formação de 40 divulgadores, do Ministério da Defesa Nacional, em igualdade de género, que decorreu no Porto, no dia 09 de janeiro, dos quais 10 eram do sexo feminino e 30 do sexo masculino. Durante 2014, participaram 97.230 jovens no Dia da Defesa Nacional, dos/as quais 46.670 eram do sexo feminino e 50.560 do sexo masculino. Foram ainda realizadas 6 palestras a 214 formandos²³, pela Marinha.

No âmbito do programa CUIDA-TE, do Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P., cujo principal objetivo é trabalhar na área da saúde juvenil e na promoção de estilos de vida saudáveis, destinado a jovens entre os 12 e os 25 anos, docentes, pais/mães, dirigentes associativos, profissionais de saúde e outros que desenvolvem atividades nesta área dirigidas aos jovens, a APF desenvolveu 39 Ações²⁴. Foram abrangidos/as 154 jovens do sexo masculino e 198 jovens do sexo feminino.

A APF Alentejo desenvolveu igualmente, durante 2014, um conjunto de ações para jovens: Dia da Defesa Nacional – 39 ações, abrangendo 635 jovens do sexo masculino e 620 do sexo feminino; Programa Cuida-te – 20 ações, abrangendo 184 jovens do sexo masculino e 145 sexo do feminino; “Outras” – 9 ações, abrangendo 159 jovens.

A APF Nacional promoveu a formação de jovens voluntários contra as práticas tradicionais nefastas, no âmbito do projeto *Create Youth*, Lisboa, num total de 21h, e abrangendo 15 jovens, 12 dos quais do sexo feminino e 3 do sexo masculino. Estas ações versaram sobre MGF.

- **Medida 28 – Fomentar nos programas de voluntariado jovem o desempenho de atividades que contrariem os papéis tradicionalmente atribuídos a raparigas e rapazes.**

O IPDJ desenvolveu, em 2014, 22 ações de voluntariado (curta e longa duração) nas quais participaram 1.897 jovens voluntários/as²⁵.

²³ 197 militares do sexo masculino e 17 militares do sexo feminino.

²⁴ 11 na região Centro e 28 na região Algarve.

²⁵ 917 do sexo feminino e 980 do sexo masculino.

A APF Lisboa acompanha anualmente dois grupos de jovens voluntários/as na temática de Direitos Sexuais e Saúde Reprodutiva (DSSR) e Igualdade de Género (Grupo do Centro Desenvolvimento Comunitário dos Lóios e Grupo da Escola Secundária D. Dinis). Durante o ano de 2014, APF promoveu ações para eliminação da segregação de género nas atividades de voluntariado. Ao longo do ano, a APF reuniu semanalmente com estes grupos, quer para momentos de formação, quer para preparar atividades / campanhas desenvolvidas na comunidade. O total de encontros com voluntários/as e de ações na comunidade foram de 45 e o total de jovens foi 57²⁶.

- **Medida 29 – Atribuir o Prémio «Jovens pela Igualdade».**

A atribuição do Prémio “Jovens pela Igualdade”²⁷ promovida pelo IPDJ visou distinguir Associações Juvenis inscritas no Registo Nacional do Associativismo Jovem (RNAJ), com boas práticas na integração da dimensão da Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação, quer na sua organização ou funcionamento, quer nas atividades por si desenvolvidas. As inscrições estiveram abertas entre 29 de julho e 19 de setembro. Concorreram 14 Associações, tendo sido o júri composto por representantes do IPDJ, CIG e a Rede Portuguesa de Jovens para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens.

O júri apurou como vencedora a Associação “Sê Mais Sê Melhor – Associação para a Promoção do Potencial Humano”. O prémio pecuniário (500€) foi entregue, em cerimónia pública, no dia 6 de dezembro, em Braga.

São objetivos do Prémio Jovens pela Igualdade:

- a) Promover a sensibilização dos membros das organizações de juventude, com vista à integração da dimensão de género no seu funcionamento e nas suas iniciativas;
- b) Encarar o associativismo juvenil como fator de desenvolvimento pessoal que assume um papel fundamental como escola de cidadania e participação democrática, igualitária e respeitadora dos direitos humanos;
- c) Promover o debate entre as e os jovens sobre as questões da igualdade de género e da cidadania, que questione a divisão tradicional dos papéis femininos e masculinos, alerte para os

²⁶ 39 do sexo feminino e 18 do sexo masculino.

²⁷ Disponível em <http://juventude.gov.pt/eventos/concursospassatempos/paginas/atribuicao-premio-jovens-pela-igualdade.aspx>

direitos e responsabilidades que incumbem às cidadãs e aos cidadãos tanto na esfera pública, como na privada, evidenciando a mais-valia da participação a nível pessoal e social;

d) Estimular a participação equilibrada de raparigas e rapazes em todos os tipos de atividades, com particular no envolvimento na tomada de decisão;

e) Promover a representação equilibrada de raparigas e rapazes nos órgãos diretivos e no sistema de representação de associações de qualquer natureza, bem como em comissões ou quaisquer estruturas.

2.4 – Inclusão Social e Envelhecimento

- **Medida 31 – Monitorizar as prestações sociais do subsistema da solidariedade na perspetiva de género.**

Na execução desta medida, foi definida, pelo MSESS, a estrutura base de indicadores a acompanhar e as prestações sociais a incluir no relatório, a saber:

- Rendimento Social de Inserção (RSI);
- Prestações de Desemprego;
- Apoio Judiciário;
- Prestações Familiares;
- Parentalidade;
- Complemento Solidário para Idosos (CSI);
- Pensões.

Foi desenvolvida a fase de seleção das fontes de informação, para em 2015 proceder à extração dos dados de 2014, numa versão mais estabilizada da base de dados operacional e elaborar uma primeira versão do relatório.

- **Medida 33 – Promover ações de prevenção do fenómeno da discriminação de raparigas e mulheres com deficiência.**

Realização, pela CIG, de uma Ação de Formação subordinada ao tema Igualdade de Género, Cidadania e Inclusão, na CERCIMA (Cooperativa de Educação e Reabilitação do Cidadão Inadaptado do Montijo e Alcochete). Foram destinatárias/os: Cidadãos e Cidadãs com deficiência, auto-representantes da CERCIMA.

O Grupo Concelhio para as Deficiências – Setúbal, no âmbito do Plano de Formação para 2014, promoveu a ação de formação “Igualdade de Género e Deficiência”. O objetivo da ação de formação foi dar a conhecer e sensibilizar para as particularidades das questões de género na deficiência e vice-versa, com o enquadramento internacional (ONU, Conselho da Europa e EU) e nacional, assim como as especialidades das políticas públicas e em como se deve ter em conta o *mainstreaming* de género e deficiência. A Ação de Formação foi dinamizada pela CIG e teve lugar no dia 25 de setembro, na casa da Cultura de Setúbal.

No dia 07 de março, foi realizada uma ação de sensibilização sobre a utilização da Linguagem Inclusiva, no Auditório do INR, I.P., dinamizada pelo GT da Responsabilidade Social do INR, I.P., que contou com a presença de uma técnica da Casa Pia de Lisboa. A ação foi dirigida a todos/as os/as dirigentes, trabalhadores e trabalhadoras do INR, I.P., no âmbito do Dia Internacional da Mulher.

No dia 05 de junho, foi promovida uma ação que previa a inserção da temática da discriminação de género, no Programa da Festa Nacional de atribuição dos prémios do concurso “Escola Alerta”, que ocorreu na Escola Técnica Profissional da Moita. A referida escola apresentou uma peça de teatro, com diversos atos, preparada pelos/as alunos/as do curso profissional de Animação Sócio Cultural, onde foi explorada, de modo satírico, a temática da discriminação das mulheres nas várias vertentes - domésticas, sociais e profissionais, num contexto comparativo entre o período que antecedeu o 25 de abril de 1974 e a atualidade. Esta intervenção teve um assinalável impacto nos/as participantes oriundos de escolas de todo o país.

No dia 24 de setembro, foi realizada uma ação de formação, no Auditório do INR, I.P., no âmbito do Plano de Formação Externa deste Instituto, para 2014, sobre “A Sexualidade na deficiência - abordagem programática transversal da dimensão afetivo-sexual das pessoas com deficiência: expectativas e vivências”, destinada a professores/as, técnicos/as, formadores/as, monitores/as e auxiliares que intervêm com pessoas com deficiência e jovens com comportamentos de risco, bem como a estudantes do ensino superior.

No dia 04 de novembro, realizou-se a ação formativa/informativa “Os desafios e as perspetivas dos direitos da mulher na sociedade atual”, no Auditório do INR, I.P., dinamizada pela equipa das Relações Internacionais e Cooperação do GEP/MSESS. Na ação participaram dirigentes, trabalhadores e trabalhadoras do INR, I.P..

No dia 20 de novembro, realizou-se uma sessão sobre o “Fenómeno da discriminação de raparigas e mulheres com deficiência”. A sessão contou com representantes do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, da Federação Portuguesa de Autismo, da Fundação AFID, e, na qualidade de moderadora da sessão, a Conselheira para a Igualdade do MSESS. A ação foi dirigida a todos/as os/as dirigentes, trabalhadores e trabalhadoras do INR, I.P., bem como ao público em geral.

O Magazine *Consigo*, emitido aos sábados às 11 horas, na RTP2, resultante de uma parceria entre o INR, I.P. e aquela estação de televisão, aborda semanalmente temáticas relativas à inclusão e boas práticas na área da deficiência e reabilitação, encontrando-se a preocupação com as questões da Igualdade de Género, Cidadania e Não discriminação, transversalmente contempladas.

- **Medida 34 – Desenvolver ações de sensibilização e formação que integrem a dimensão de género dirigidas a profissionais que trabalham com populações vulneráveis.**

A CIG promoveu uma ação de carácter formativo dirigida a técnicos/as do Projeto MISP - Mediação Intercultural em Serviços Públicos, coordenado pelo ACM – Alto Comissariado para as Migrações. A ação, designada “Igualdade de Género e Violência de Género”, ocorreu nos dias 14 de maio e 3 de junho e incluiu módulos específicos sobre Igualdade de Género, Violência Doméstica, MGF e TSH, com a duração de 14h. Participaram nesta iniciativa coordenadores/as e mediadores/as interculturais das Equipas Municipais de Mediação Intercultural das zonas de Amadora, Loures, Lisboa, Cascais e Setúbal. A ação foi avaliada com “Muito Bom”.

Foi realizada uma ação de sensibilização sobre igualdade de género e violência doméstica, ministrada pela CIG, junto de mediadores interculturais ciganos, no âmbito do Projeto-Piloto Mediadores Municipais do ACM.

Conforme mencionado na medida 23, foi assinado, no dia 22 de julho 2014, protocolo entre a CIG, DGS, APF e a Escola Superior de Enfermagem de Lisboa, com vista à realização do 2º curso de pós-graduação “Saúde da Mulher – A Mutilação Genital Feminina”. Assinou-se ainda, no dia 30 de julho, um protocolo entre a CIG, DGS, APF e a Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Setúbal, igualmente com vista à realização de curso de pós-graduação sobre MGF.

Foram iniciados os trabalhos (diagnóstico de necessidades de formação, planeamento e concepção) com vista à preparação de ações de formação sobre Igualdade de Género e Violência

de Género dirigida a coordenadores/as e técnicos/as da Gebalis/Câmara Municipal de Lisboa, com início previsto no 1º trimestre de 2015.

O CEJ organizou, no âmbito das Ações de Formação Contínua de tipo B (destinadas a Juízes/as, Magistrados/as do Ministério Público e a outros/as profissionais da área forense) a sessão “Violência doméstica e de género e mutilação genital feminina”. O objetivo desta Ação foi a abordagem da violência doméstica e de género e da mutilação genital feminina, na vertente jurídico-penal e multidisciplinar, tendo em vista o aperfeiçoamento dos mecanismos de percepção do risco e de proteção das respetivas vítimas (28 de novembro e 5 de dezembro).

Foi realizada uma ação de sensibilização nas instalações do ISS, através de videoconferência (dia 24 de setembro) sobre Empreendedorismo no Feminino, destinada a públicos com especiais dificuldades de acesso à informação, para que os Serviços de Atendimento da Segurança Social possam informar os/as clientes/cidadãos/ãs desta medida de política ativa de emprego. O DCGC apresentou ainda esta ação, divulgando-a para os/as Atendentes/as no boletim mensal de setembro. Foi ainda divulgado um “Alerta” para os Serviços de Atendimento, que indica o *link* na intranet que disponibiliza o folheto apresentado na ação de sensibilização realizada no dia 24 de setembro. O folheto continha o descritivo de várias medidas promotoras de emprego bem como os contactos, possibilitando ao/à atendedor/a a impressão e entrega ao/à cidadão/ã/Cliente dos serviços de atendimento.

A UMAR, a ALCC (Associação Lusofonia, Cultura e Cidadania), a ANIMAR, a CBLx (Casa do Brasil de Lisboa) e a CITE (apoio nos materiais distribuídos), promoveram 3 ações de sensibilização sobre assédio sexual com profissionais que intervêm com população imigrante, da Associação Lusofonia, Cultura e Cidadania – ALCC e da Casa do Brasil de Lisboa (CBLx) e profissionais que intervêm com população socialmente desfavorecida, da ANIMAR. Participaram um total de 28 pessoas (21 do sexo feminino e 7 do sexo masculino). Tinham por objetivo informar e refletir sobre o fenómeno do assédio sexual, contribuindo para a consciencialização sobre os direitos humanos; sensibilizar para uma cultura organizacional de prevenção e de intervenção nas situações de assédio sexual; promover uma postura igualitária e não discriminatória nas práticas quotidianas e nas relações profissionais; Quebrar o silenciamento das pessoas em relação a situações de assédio sexual.

A APF promoveu uma ação de sensibilização sobre igualdade de género entre homens e mulheres de comunidades ciganas, dirigidas a profissionais de entidades que fazem parte das Redes Sociais do distrito do Porto.

- **Medida 35 – Promover a alfabetização e a capacitação das mulheres imigrantes e das mulheres das comunidades ciganas.**

Em reunião de 10 de julho de 2014, o ACM propôs contribuir para esta medida - no que se refere à área da capacitação - com o reporte do número de mulheres imigrantes que frequentam os cursos do Programa Empreendedorismo Imigrante (PEI). Em 2014, tendo em conta a naturalidade (mesmo que a pessoa tenha nacionalidade portuguesa), frequentaram o PEI 33 mulheres; se se tiver em conta a nacionalidade (à data da participação nas ações do PEI), frequentaram o PEI 25 mulheres.

Foi realizada uma ação de sensibilização sobre igualdade de género e violência doméstica, ministrada pela CIG, junto de mediadores interculturais ciganos, no âmbito do Projeto-Piloto Mediadores Municipais do ACM. Esta sessão teve lugar no CNAI de Lisboa, em 13 de novembro de 2014. Contou com a presença de cerca de 15 pessoas, de entre as quais, 1 mulher mediadora-cigana²⁸.

A CIG coordena a dimensão 3.5 da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas, subordinada à dimensão da Igualdade de Género. Nesse contexto, a CIG e o ACM colaboraram com a Santa Casa da Misericórdia, no âmbito do seu projeto "Romi" dirigido especificamente a mulheres ciganas. A SCML promoveu em 2014 uma ação de formação com vários módulos (Educação para a Saúde, Educação Ambiental, Comunicação, Comportamento e Relações Interpessoais, Profissões e Escolaridades, Família e Sociedade, Oficina de leitura, Introdução às Tecnologias e Educação do Consumidor). No âmbito desse mesmo projeto, realizou-se uma ação de formação para mulheres ciganas com vista ao desenvolvimento de competências pessoais, sociais e parentais.

Quanto à Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas - No âmbito da Prioridade 8 – "Enquadrar os valores familiares ciganos nos princípios e valores da sociedade portuguesa", nomeadamente na medida "Promover ações de formação junto das comunidades ciganas focalizadas no desenvolvimento de competências pessoais, sociais e relacionais," a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa realizou 2 ações de formação²⁹.

No que diz respeito à Prioridade 9 "Investir em Estratégias de empoderamento das mulheres ciganas através da mediação e do associativismo femininos," até ao momento foram formadas 3 mediadoras ciganas, duas através do Projeto Mediadores Municipais (1 mediadora na I fase do

²⁸ Esta atividade dá também resposta à medida 34.

²⁹ Até ao momento estiveram envolvidas nestas ações 21 mulheres ciganas.

Projeto e outra na II fase) e uma através do programa europeu de formação de mediadores ciganos – ROMED - promovido pelo Conselho da Europa.

Dados sobre Ações de Formação dirigidas a mulheres imigrantes e da Comunidade Cigana reportados ao ano de 2014 (até 31 de dezembro)

Medida	Mulheres Imigrantes	Mulheres da Comunidade Cigana
Português para Todos/as	882	-
Formação para a Inclusão - Competências Básicas	401	48

Fonte: IEFP, IP

- **Medida 36 – Promover o acesso à informação e ao conhecimento por parte das mulheres idosas.**

O Programa de formação em competências básicas, promovido pelo IEFP, permite obter competências básicas de leitura, escrita, cálculo e tecnologias de informação e comunicação necessárias para integrar um curso de Educação e Formação de Adultos (cursos EFA) ou o encaminhamento para um processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) de nível básico. Este programa tem como objetivo melhorar as competências e aumentar os níveis de qualificação da população portuguesa, por forma a combater fatores de exclusão social como o analfabetismo, que impede o acesso das pessoas a informação apresentada sob a forma escrita (jornais, anúncios, placas, cartas, entre outros) bem como dificulta a sua integração no mercado de trabalho.

FORMAÇÃO EM COMPETÊNCIAS BÁSICAS - Abrangidos com mais de 55 anos, por sexo

Delegação Regional	2014 (reportado a 31 dezembro - dados provisórios)				
	Homens	%	Mulheres	%	Total
Norte	161	55,7	128	43,0	289
Centro	229	64,1	128	37,8	357
L.V. Tejo	562	62,4	339	38,2	901
Alentejo	50	60,2	33	39,8	83
Algarve	53	59,6	36	37,3	89
Total	1.055	61,4	664	39,0	1.719

Fonte: IEFEP, IP

- **Medida 37 – Promover ações de formação de profissionais das forças de segurança e de serviços de ação social para as questões de género e envelhecimento.**

Realização de 5 ações de formação dinamizadas pelo/a autor/a das publicações “Mulheres, Homens e Envelhecimento – Um guia para Forças de Segurança” e “Mulheres, Homens e Envelhecimento – Um guia para Serviços de Ação Social”, editadas pela CIG no âmbito do projeto “Género e Envelhecimento: planear o futuro começa agora!”. As ações de formação ocorreram na área da Grande Lisboa e Porto, organizadas pela CIG e dinamizadas pela Cooperactiva, destinadas às Forças de Segurança (PSP + GNR), a profissionais da Segurança Social, e a profissionais das redes sociais da Câmara Municipal de Odivelas e da Câmara Municipal de Palmela³⁰.

2.5 – Ambiente, ordenamento do território e energia

- **Medida 38 – Criar condições de financiamento orientadas para as mulheres nos programas de apoio na área do ambiente, ordenamento do território, urbanismo e energia, e promover uma maior utilização dos incentivos por parte das mulheres.**

No âmbito dos Programas Operacionais *Inclusão Social e Emprego* e *Competitividade e Internacionalização*, bem como dos respetivos Regulamentos, elaborados ao longo de 2014, e que estão atualmente em fase de aprovação, estão previstos apoios ao empreendedorismo feminino, quer através do financiamento para a criação do próprio emprego ou empresa, quer através da

³⁰ O total de participantes nas 5 ações foi de 97 profissionais (48 do sexo feminino e 49 do sexo masculino).

majoração no apoio a projetos de empreendedorismo qualificado e criativo quando estes projetos resultarem de empreendedorismo feminino.

- **Medida 40 – Promover o *mainstreaming* da igualdade de género nas políticas, planos e programas de ambiente, ordenamento do território e energia promovidos pelo MAOTE, identificando oportunidades e as medidas *win-win* que promovam a igualdade de género e de oportunidades, a proteção do ambiente e o crescimento económico.**

De uma forma geral esta medida tem vindo a ser implementada nos vários documentos estratégicos de definição das políticas do MAOTE.

Neste sentido, está em curso o desenvolvimento de uma iniciativa, em conjunto com a CIG, que pretende promover o envolvimento dos *players* num encontro informal que pretende focar as principais questões a observar.

Numa outra vertente, está igualmente em curso uma iniciativa de disseminação de boas práticas associadas à obtenção de dados estatísticos de suporte à definição das políticas do MAOTE, bem como a sensibilização para a necessidade de, na divulgação de documentos oficiais, ser tida em conta a desagregação de indicadores por género.

No âmbito da legislação enquadradora e reguladora das áreas de política do MAOTE, destaca-se a participação do Ministério na Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto, que aprova a Lei-quadro das entidades administrativas independentes com funções de regulação da atividade económica dos sectores privado, público e cooperativo, com aplicação nas áreas do ambiente e da energia, através da Entidade Reguladora dos Serviços de águas e dos Resíduos e da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos. Esta Lei estabelece, no n.º 8 do art.º 17.º, que o provimento do presidente do conselho de administração deve garantir a alternância de género e o provimento dos vogais deve assegurar a representação mínima de 33 % de cada sexo.

Outro regime legal na área do MAOTE, que, não visando o *mainstreaming* da igualdade de género nas políticas, planos e programas, contribui para a igualdade de oportunidades de mulheres, mas também de homens, em situação de vulnerabilidade associada geralmente ao género, é o regime de renda apoiada, aprovado pelo Governo através da Lei n.º 81/2014 de 19 de dezembro. Este regime prevê, no artigo 11.º, critérios preferenciais que promovem o privilégio de famílias

monoparentais e vítimas de violência doméstica, e, no art.º 14.º, um regime excecional na atribuição de habitação aquando pessoas vítimas de violência Doméstica.

Área Estratégica 3 - Independência Económica, Mercado de Trabalho e Organização da Vida Profissional, Familiar e Pessoal

- **Medida 41 – Reforçar junto das empresas do sector privado a implementação de planos de igualdade.**

Para a execução desta medida, contribuiu a elaboração de um Inquérito pela CIG com a equipa Interministerial do Ministério da Economia e enviada carta, em setembro, para as empresas, em colaboração com as associações AEP e AIP, para sensibilizar as empresas associadas para o preenchimento do mesmo. O Inquérito Anual esteve *online* no Portal de Igualdade entre 1 de setembro e 31 de outubro de 2014.

No âmbito da monitorização da Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012, de 8 de março, que recomenda às empresas do sector privado cotadas em Bolsa a adoção de planos para a igualdade, foi feita, em 2014, uma consulta àquelas empresas. Das 44 que responderam, 7 declararam ter planos para a igualdade.

- **Medida 42 – Monitorizar a aplicação do regime jurídico do sector empresarial do Estado, no que se refere à implementação de planos para a igualdade e à representação de mulheres nos conselhos de administração.**

No âmbito da monitorização da Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012, de 8 de março, que determina a obrigatoriedade de adoção de planos para a igualdade em todas as entidades do sector empresarial do Estado e que determina ainda, como objetivo, a presença plural de mulheres e homens nas nomeações ou designações para cargos de administração e de fiscalização, foi feita, em 2014, uma consulta àquelas empresas. Das 87 respostas obtidas, 24 empresas declararam ter planos para a igualdade. No que se refere à representação de mulheres em órgãos de decisão, as mulheres representam 23,1% dos membros dos conselhos de administração e 9,4% dos respetivos presidentes, e nos órgãos de fiscalização, as mulheres são 29,6% dos seus membros e 24,7% dos presidentes.

Em março e setembro de 2014, a CIG realizou duas ações de formação na Empresa Estradas de Portugal, a primeira ação foi dirigida a educadoras de infância da creche da empresa sobre o guião pré-escolar e ação foi dirigida a pontos focais de cada departamento sobre a igualdade de género e preparação à candidatura do prémio PIQ.

- **Medida 43 – Considerar como critério de desempate na seleção de projetos de empresas concorrentes a fundos da política de coesão a representatividade de mulheres nos conselhos de administração dessas empresas.**

Este critério foi consagrado no n.º 3 do artigo 17º do Decreto –Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, o qual estabelece as regras gerais dos FEEI (fundos europeus estruturais e de investimento).

- **Medida 44 – Promover o empreendedorismo feminino, incluindo o qualificado, nomeadamente através dos incentivos à criação de empresas, de outros instrumentos financeiros e de ações coletivas.**

Na execução desta medida, destaca-se a ação de sensibilização realizada nas instalações do ISS/MSESS, através de vídeo-conferência (dia 24 de setembro) sobre Empreendedorismo Feminino para que os Serviços de Atendimento da Segurança Social possam informar os/as clientes-cidadãos/ãs desta medida de política ativa de emprego, dirigida às mulheres.

No período de 30 de abril a 10 de junho decorreu a divulgação da 2ª edição do Programa de Empreendedorismo Social. A CIG participou na análise das candidaturas a este Programa. No total de 50 projetos apresentados, foram selecionados e validados 21 projetos liderados por mulheres.

A Plataforma BIS foi divulgada na 9.ª Semana da Responsabilidade Social, entre os dias 23 (Sala dos Espelhos do Palácio Foz) e 30 de maio (Hospital – Escola da Universidade Fernando Pessoa, no Porto). No dia 26 de setembro, decorreu a 8ª reunião do Conselho Operacional, tendo sido anunciada a nova direção do BIS.

No que respeita ao acompanhamento do Programa Nacional de Microcrédito, em 2014, foram validados, pela CASES, 167 projetos e submetidos a entidades bancárias (BES e Montepio Geral), representando um investimento global superior a 3.216.077,00 euros, permitindo criar 374 novos postos de trabalho (investimento médio por posto de trabalho criado no valor de 8.599 euros). Foram abrangidas 80 mulheres (47,9%) que beneficiaram de microcrédito, no âmbito do protocolo entre a CIG e a CASES. Foram criadas 80 empresas por mulheres, nos seguintes setores de atividade: comércio por grosso e a retalho, atividades administrativas e de consultoria, saúde

humana e serviços, agricultura, produção animal, pesca e indústrias extrativas, alojamento e restauração.

A CIG participou e apresentou as boas práticas de empreendedorismo feminino, no 1º painel do Seminário sobre o Empreendedorismo e a Inovação, promovido pela INCUBCENTER e a Câmara Municipal de Oeiras, que teve lugar no dia 9 de maio de 2014 – Dia da Europa, em Oeiras.

No dia 29 de maio de 2014, a CIG ministrou uma ação de formação sobre as boas práticas do empreendedorismo feminino dirigido ao pessoal técnico da autarquia de Odivelas.

A CIG enquanto entidade coordenadora do Grupo de Trabalho de Empreendedorismo Responsável da REDE RSO PT, realizou 8 reuniões de trabalho com os 25 parceiros, com o objetivo de conceber o “Guião do curso de Empreendedorismo e Organização Empresarial Responsáveis” e promoveu uma sessão pública de apresentação do curso em regime de *b-learning*, que teve lugar no dia 7 de outubro de 2014, no auditório da Fundação PT.

Nos termos do Acordo de Parceria celebrado entre Portugal e a Comissão Europeia, as matérias da igualdade de género aparecem refletidas transversalmente em todos os programas operacionais. Mais especificamente, o Programa Operacional Inclusão Social e Emprego, e os Programas Operacionais Regionais de Lisboa e do Algarve, no seu Eixo 1, Objetivo temático 8 (promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores) incluem, além de planos para a igualdade, o empreendedorismo feminino. Existem ainda financiamentos disponíveis no âmbito do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização, que prevê uma majoração no apoio a projetos de empreendedorismo qualificado e criativo quando estes projetos resultarem de empreendedorismo feminino.

- **Medida 45 – Promover o associativismo e o empreendedorismo das mulheres agricultoras.**

Para a execução desta medida, o Ministério da Agricultura e das Pescas (MAM), realizou uma reunião com as quatro Confederações que representam o sector agrícola – Confederação de Agricultores de Portugal (CAP), Confederação Nacional de Agricultura (CNA), Confederação Nacional de Cooperativas Agrícolas de Portugal (CONFAGRI) e Associação dos Jovens Agricultores de Portugal (AJAP).

O compromisso assumido com estas entidades consiste no desenvolvimento de ações por parte das associações pertencentes a cada confederação, sob a sua coordenação, das quais resultem as seguintes informações:

- Levantamento do número de agricultoras associadas;
- Ações de divulgação/sensibilização (ações de formação sobre empreendedorismo e outras) desenvolvidas.

As Entidades responsáveis pela monitorização da medida e realização do apuramento anual dos dados facultados pelas confederações são o Gabinete de Planeamento, Política e Administração Geral (GPP), a que pertencem as Conselheiras (efetiva e suplente).

De modo a facilitar o trabalho das confederações, o GPP prestar-lhes-á apoio informando-as sobre projetos apresentados por agricultoras ao Programa de Desenvolvimento Rural 2020 (medidas de instalação, medidas de investimento).

A calendarização das ações acordadas, isto é, a comunicação da informação definida entre confederações e o GPP, é a seguinte:

- Até 15 janeiro de cada ano, número de agricultoras associadas, referente a final de outubro do ano anterior (2014, 2015, 2016 e 2017);
- Iguamente até 15 janeiro de cada ano, número de ações de formação realizadas no ano anterior (2014, 2015, 2016 e 2017).

Com base na informação comunicada pelas confederações, o GPP elaborou um relatório referente ao ano de 2014 com a descrição do apuramento do número de agricultoras associadas, resultante de um primeiro levantamento, bem como das ações de divulgação e de sensibilização ocorridas.

Estas ações foram maioritariamente dirigidas a todos os agentes do espaço rural, mulheres e homens que lá vivem e o dinamizam. No sentido de promover o associativismo e o empreendedorismo feminino foram realizados vários conselhos consultivos das confederações, regionais e sectoriais, sessões de esclarecimento sobre ajudas comunitárias, colóquios a nível distrital para explicar as novas regras da PAC, enviadas informações sectoriais para todas as suas organizações, com informação jurídica, económica, respeitante a questões europeias.

- **Medida 46 – Avaliar a evolução das diferenciações salariais entre mulheres e homens em Portugal, por ramos de atividade.**

A CITE e a CIG procederam à elaboração do Relatório Sobre Diferenciações Salariais por Ramos de atividade. O objetivo consistiu em efetuar o levantamento e a análise das diferenças remuneratórias existentes no país entre homens e mulheres nas diferentes atividades económicas existentes. O Relatório foi apresentado aos Parceiros Sociais, em sede de Comissão Permanente de Concertação Social, em 09 de julho de 2014. O Relatório está disponível no sítio da internet da CITE – www.cite.gov.pt

Para execução desta medida, importa ainda referir o acompanhamento pela CIG do Projeto Gentur I, da Universidade de Aveiro, sobre as disparidades salariais. O projeto foi financiado pela FCT, e a CIG acompanhou o projeto na qualidade de parceiro institucional na disseminação dos resultados.

- **Medida 47 – Promover ações de sensibilização e divulgação da dimensão da igualdade de género, no sentido da sua integração nos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho.**

Para a execução desta medida, importa referir que foram realizadas as seguintes ações de formação, promovidas pela CITE, a saber:

- Para negociadores/as, dirigentes sindicais e juristas: 7 ações (21 horas cada), abrangendo 131 profissionais (42 do sexo masculino e 89 do sexo feminino);
- Para inspetores/as da ACT: 8 ações (14 horas cada), abrangendo um total de 108 profissionais (11 do sexo masculino e 97 do sexo feminino).

Igualmente, a CITE realizou 30 ações de sensibilização, fóruns e *workshops*, dirigidas a entidades patronais, magistrados/as, sindicalistas, inspetores/as ACT, juristas, estudantes de Direito e outros públicos-alvo. Foram abrangidas no total 876 pessoas (566 do sexo feminino e 310 do sexo masculino).

De referir que estas ações foram cofinanciadas pelo POPH. Estas ações incluem a temática da integração nos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho da igualdade de género, nos seus planos curriculares.

Outras ações de sensibilização promovidas pela CITE:

- Formação em igualdade de género no trabalho e no emprego, proteção da parentalidade e conciliação trabalho-família-vida pessoal para negociadores/as coletivos e parceiros sociais em geral, com o objetivo de habilitar os/as formandos/as a proceder à integração transversal da dimensão de género nos Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho (IRCT), bem como noutras medidas e ações, no exercício da sua atividade e das atividades da entidade onde exerce funções.

Destaca-se ainda que o “Documento técnico de apoio à preparação dos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho negociais por forma a integrarem, nos respetivos conteúdos, a dimensão da igualdade de género e a prevenir eventuais discriminações” foi atualizado pela CITE no 1º semestre de 2014.

- **Medida 48 – Divulgar os instrumentos de conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar.**

Foram realizadas ações de sensibilização/informação, reuniões e ações de disseminação da CT179³¹ sobre Norma Guia de Organizações Familiarmente Responsáveis, ministradas pela CIG, a saber: junto de públicos estratégicos, designadamente na equipa da igualdade do ISS.IP/MSESS, que decorreu no dia 12 maio; dirigida ao pessoal técnico dos CLAI do ACM que decorreu no dia 14 de maio; dirigida ao público em geral, durante a 9ª Semana da Responsabilidade Social, que decorreu no dia 22 de maio; e, para pessoal técnico superior da autarquia de Odivelas, que teve lugar no dia 29 de maio de 2014.

A Comissão Técnica sobre a Norma Guia Portuguesa de Organizações Familiarmente Responsáveis, CT 179, encontra-se a trabalhar no novo modelo de certificação pelo Instituto Português de Qualidade para certificar as organizações em matéria de igualdade de género e de conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal.

Foram ainda realizadas pela CITE, no âmbito da conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar, 21 ações de formação dirigidas a negociadores/as, dirigentes sindicais e juristas, inspetores/as da ACT, professores/as/educadores/as, dirigentes, técnicos de RH e juristas e para outros públicos estratégicos. Foram abrangidas no total 324 pessoas.

³¹ Mais informação em <http://www1.ipq.pt/PT/Site/Noticias/Pages/Organizacoes-Familiarmente-Responsaveis.aspx>

Acresce que foram realizadas pela CITE 43 ações de sensibilização, fóruns e *workshops*. Para entidades patronais: 2; para magistrados/as: 2; para trabalhadores/as MESS: 1; Para agentes políticos: 1; para profissionais de saúde: 3; para empresas: 2; para estudantes: 2; para técnicos/as RH: 3; para trabalhadores Municípios: 1; outro público-alvo: 26.

Nestes termos, foram abrangidas no total 1.795 pessoas: 1.297 do sexo feminino e 498 do sexo masculino.

O Exército, em 2013, criou Normas Internas de Proteção da Parentalidade, específicas dos/as militares do Exército, as quais foram divulgadas por toda a cadeia de comando e estão disponíveis na página da intranet sobre género. A versão final consolidada encontra-se em apreciação jurídica. Em 2014, foram gozadas 1.884 licenças de parentalidade, das quais 1.765 por militares do sexo masculino e 119 do sexo feminino.

A Força Aérea celebra protocolos com entidades externas no sentido de promover a conciliação entre a vida familiar e profissional. Estes são divulgados no portal da Força Aérea. Neste âmbito, foram celebrados, no decurso de 2014, 34 protocolos.

Foi atualizado, no ano de 2013, o despacho do CEMFA "Medidas de Proteção na Parentalidade de forma a permitir a conciliação entre a vida familiar e profissional". Como os dados estatísticos são tratados de forma desagregada por sexo, a Direção de Pessoal da Força Aérea dispõe de dados que permitem contabilizar o número de militares masculinos e femininos que gozaram licenças de parentalidade. Assim, no ano de 2014 foram gozadas 1.080 licenças de parentalidade, das quais 366 por militares do sexo feminino e 714 por militares do sexo masculino.

- **Medida 49 – Distinguir boas práticas no âmbito da responsabilidade social das empresas.**

A CIG e a CITE procederam à revisão do regulamento do Prémio "Igualdade é Qualidade" (PIQ) com vista à atribuição do prémio às entidades empregadoras com políticas e boas práticas em matéria de igualdade de género e conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal, bem como atribuição da modalidade boas práticas de prevenção e combate à violência doméstica e de género, nos três sectores: público, privado e da economia social. Durante 2014, foi lançado o anúncio para recepção de candidaturas de entidades. Elaborou-se a revisão da grelha de avaliação do prémio, tendo sido realizadas reuniões preparatórias com as entidades envolvidas. Foram submetidas 20

candidaturas. Uma foi excluída na 1ª reunião da Comissão de Avaliação, por desistência, tendo desistido mais duas no decurso do processo de avaliação técnica, ficando apenas 17 candidaturas.

A CIG, na qualidade de membro da REDE RSO PT – Rede Nacional de Organizações Socialmente Responsáveis, participou no Grupo de Trabalho de Igualdade, tendo sido finalizado o autodiagnóstico sobre igualdade de género nos 298 membros da Rede. No Grupo de Trabalho da norma portuguesa ISO 26000, contribuiu com conteúdos e recomendações para elaboração de publicações sobre responsabilidade social.

Ainda na qualidade de membro da REDE RSO PT, a CIG participou na 9ª Semana da Responsabilidade Social, no painel: “O impacto dos programas de cofinanciamento internacional e comunitário”, promovido pela CITE; no painel: Instrumentos e Tendências, promovido pela PEDRA BASE e no painel: Políticas Públicas em Responsabilidade Social, promovido pela APEE.

Área Estratégica 4 - Orientação Sexual e Identidade de Género

- **Medida 50 – Sensibilizar a população para a não-discriminação em função da orientação sexual e identidade de género.**

Com o objetivo de assinalar o Dia Internacional da Luta contra a Homofobia e Transfobia, a CIG, em colaboração com a DGE/MEC, realizou na Escola Secundária Pedro Alexandrino (Concelho de Odivelas), no dia 16 de maio, um Seminário sobre «Luta contra a homofobia e transfobia na escola». A Sessão de Abertura contou com a presença da Diretora do Agrupamento de Escolas Pedro Alexandrino, da Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade e do Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário.

A Conferência de Enquadramento esteve a cargo do Antropólogo do ISCTE, Miguel Vale de Almeida. A Presidente da CIG apresentou a Campanha "*Dislike bullying* homofóbico" que, neste mesmo dia, foi relançada na TVI e na RTP, seguindo-se um painel onde estiveram presentes representantes da Direção-Geral da Educação, e de ONG da área dos Direitos LGBT: ILGA, Rede Ex Aequo e AMPLOS. Como vem sendo habitual nos últimos anos, a CIG procura assinalar este dia realizando eventos temáticos. Este ano o tema escolhido foi a Homofobia em meio escolar. O evento contou com a presença de muitos alunos e alunas da Escola Pedro Alexandrino, bem como a apresentação de um trabalho sobre a violência de género na escola, inserido num projeto de prevenção do *bullying* homofóbico, por um aluno e duas alunas da referida escola.

A OIKOS no âmbito do Projeto "MediArte" promoveu as seguintes atividades, sobre a temática geral da Igualdade de Género e abrangendo, nomeadamente, a questão da não discriminação em função da orientação sexual e identidade de género³², que concorrem para a execução da medida:

- Disponibilização e divulgação no sítio informativo de suporte ao projeto³³;
- Construção e divulgação do Percorso Informativo "Roteiro para a Igualdade de Género";

³² Disponível em <http://www.mudaofilme.oikos.pt/pt/sou-estudante/percurso-de-aprendizagem/roteiro-para-a-igualdade-de-genero-estudante/i-uma-introducao-a-igualdade-de-genero>

³³ Disponível em <http://www.mudaofilme.oikos.pt/>

- Organização do “Concurso Muda o Filme”, com o objetivo de distinguir os melhores microfilmes produzidos por jovens;
- Construção e divulgação da “Videoteca de Educação para a Igualdade de Género”³⁴;
- Construção e divulgação de DVD de recursos de Educação para a Igualdade de Género;
- Construção e divulgação de cartazes informativos;
- Dinamização de ações de sensibilização sobre Igualdade de Género, destinadas a jovens;
- Organização da “Festa das Curtas”, para apresentação à comunidade dos vídeos concorrentes ao “Muda o Filme”, alguns dos quais abordando a questão da não discriminação em função da orientação sexual e identidade de género;
- Organização de uma Campanha de Sensibilização para a Igualdade de Género em contexto escolar.

Durante 2014, a Associação ILGA Portugal promoveu um conjunto de atividades de sensibilização da população, entre as quais se contam:

- Programa de tertúlias sob os temas “Criar uma família: que desafios para as pessoas LGBT?” e “O segredo do sucesso das histórias de amor”. Participaram cerca de 40 pessoas;
- Debate “A caminho da igualdade para as pessoas LGBT na União Europeia”. Participaram cerca de 30 pessoas;
- Coorganização com o Conselho Nacional da Juventude (CNJ) e a rede Ex Aequo – Associação de Jovens LGBT, e com o apoio institucional do Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ), da Conferência «O mundo não é Arco-Íris: Geografias da Discriminação de Pessoas LGBT». Público estimado: 40 pessoas;
- Participação em várias edições da *Biblioteca Humana*, em diversas escolas;
- Dinamização de sessões de sensibilização em diversas escolas dos ensinos básico e secundário;
- Participação numa aula de mestrado em educação na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto (total de 20 Estudantes);
- Apresentação e leitura do livro infantil “Primeiro Cresci no Coração”, em várias escolas;
- Organização da 3ª Feira do Livro LGBT do Porto, com um total de 200 participantes;
- Organização da 2ª edição de ciclo de cinema LGBT “*We are family*”, com um total de 250 participantes;
- Promoção de várias iniciativas de rua, dirigidas ao público em geral.

³⁴ Disponível em <http://www.mudaofilme.oikos.pt/pt/sou-estudante/videoteca-2>

- **Medida 52 – Sensibilizar profissionais e especialistas de áreas estratégicas para as questões da orientação sexual e identidade de género.**

A CIG e a ILGA Portugal promoveram 2 ações de formação sobre “Discriminação e Violência contra pessoas LGBT”, abrangendo um total de 50 profissionais, dos quais 24 do sexo feminino e 26 do sexo masculino, a saber:

- ação dirigida às Forças de Segurança em Lisboa envolvendo 5 profissionais do sexo feminino e 25 do sexo masculino;

- ação dirigida aos/as profissionais da Segurança Social, envolvendo 1 profissional do sexo masculino e 19 do sexo feminino.

No quadro do Plano de Formação do Ministério da Justiça, foram ministradas 2 sessões de formação em Direito Penal, com 21 horas cada, visando as alterações introduzidas ao Código Penal em 2013 e 2014. Neste contexto foram abordadas as questões da orientação sexual e da identidade de género no quadro das alterações introduzidas pela Lei n.º 19/2013, de 21 de fevereiro aos artigos 132.º, 152.º e 240.º do Código Penal. Participaram nas sessões de formação 28 formandos/as³⁵ provenientes de diversos serviços do MJ (DGAJ, DGRSP, PJ, DGPJ).

A APF promoveu 4 cursos em *b-learning* sobre “Educação Sexual no contexto da Formação Profissional” (Porto, Coimbra, Lisboa e Beja). Foram abrangidas 51 pessoas³⁶. Igualmente, foi promovida uma ação de formação dirigida à Polícia Municipal de Lisboa, num total de 30h. Participaram 11 profissionais³⁷.

- **Medida 54 – Implementar e monitorizar a aplicação das orientações internacionais em matéria de combate à discriminação em razão da orientação sexual e da identidade de género.**

O MNE, em estrita articulação com a CIG, copatrocinou, à semelhança dos restantes EM da UE, uma Resolução sobre combate à violência e discriminação com base na orientação sexual e

³⁵ 19 do sexo feminino e 9 do sexo masculino.

³⁶ 14 do sexo masculino e 37 do sexo feminino.

³⁷ 6 do sexo feminino e 7 do sexo masculino.

identidade de género, no decorrer da 27ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos das NU (setembro de 2014).

Em estreita articulação com as Embaixadas Portuguesas em países fora da UE, o MNE acompanhou a aplicação das Diretrizes de Ação Externa da UE em defesa dos Direitos das Pessoas LGBTI.

De referir ainda que a CIG, em colaboração com o MNE, produziu um relatório nacional, a partir dos elementos pedidos aos Estados-membros pelo Alto-comissário dos Direitos Humanos, das Nações Unidas, relativo a boas práticas (quer ao nível legislativo, quer ao nível de ações e programas concretos, tanto a nível nacional como local), levadas a cabo na área do combate à violência e discriminação com base na orientação sexual e identidade de género, solicitado pela resolução 27/32 do Conselho de Direitos Humanos, de 2 de outubro de 2014.

Área Estratégica 5 – Organizações não-governamentais

- **Medida 55 – Apoiar as ONG na realização de projetos e de ações de formação específicas que promovam a igualdade de género, a cidadania e a não-discriminação.**

Nos termos do Decreto-Lei n.º 246/98, de 11 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 37/99, de 26 de maio, compete ao Estado prestar apoio técnico e financeiro às Associações Não-Governamentais de Mulheres – ONGM. De acordo com o Despacho da Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade de 17 de maio de 2014, foi atribuído à CIG o valor de 70.000,00€ para financiamento do apoio técnico e financeiro às ONGM. De referir que a este valor acrescem 20.000,00€ provenientes do orçamento da CIG para o ano de 2014. Esta verba representa o dobro da que se destinou a essa finalidade até ao ano de 2012.

As entidades que apresentaram a sua candidatura dentro do prazo legal, ou seja, até 30 de junho de 2014, e que beneficiaram do apoio, foram as seguintes: ADDIM – Associação da Defesa dos Interesses e da Igualdade das Mulheres; APEM – Associação Portuguesa de Estudos sobre Mulheres; AMONET – Associação Portuguesa de Mulheres Cientistas; APMJ – Associação Portuguesa de Mulheres Juristas; GRAAL; MDM – Movimento Democrático das Mulheres; Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres; Rede de Jovens para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens; UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta.

De destacar a participação de um elemento da CIG no Curso de Formação de Voluntariado para sobre cidadania, igualdade e não discriminação, que decorreu no dia 19 de setembro, promovido pela Associação Corações Com Coroa.

- **Medida 56 – Cooperar com as ONG na promoção da igualdade de género, cidadania e não-discriminação.**

Para cumprimento desta medida, destaca-se subvenção atribuída, por via das verbas dos jogos sociais, às ONG para o desenvolvimento, entre outras atividades, de projetos específicos na área da promoção da igualdade de género, a cidadania e a não-discriminação, no total de 105 575,24 €.

- **Medida 57 – Promover a utilização de materiais produzidos no âmbito de projetos desenvolvidos pelas ONG, promotores de igualdade de género.**

Está em preparação pela CIG, com o Secretariado Técnico da Igualdade, uma base de dados com a compilação de uma seleção de materiais produzidos no âmbito dos projetos apoiados pelos fundos estruturais, na área da Igualdade de género, violência doméstica e de género e tráfico de seres humanos.

Área Estratégica 6 - Comunicação Social

- **Medida 58 – Sensibilizar os (as) profissionais e estudantes de ciências da comunicação para a importância da produção de conteúdos mediáticos sobre o tema da igualdade de género e não-discriminação.**

No âmbito de um protocolo estabelecido com a Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal, a CIG promoveu uma sessão formativa dirigida a estudantes do 3º ano da licenciatura de Comunicação Social no dia 27 de novembro de 2014, inserida na Unidade Curricular de Ética e Deontologia Profissional daquele curso. A sessão designou-se por *The Dark Side of the Human Kind*.

Foram também desenvolvidos contactos entre a CIG e a Associação Portuguesa de Imprensa, com vista à celebração de um protocolo de colaboração.

- **Medida 60 – Criar, em parceria com empresas de comunicação social, o conteúdo de um programa televisivo sobre igualdade de género e não-discriminação.**

Apesar dos contactos estabelecidos, não se formalizou em 2014 a parceria prevista nesta medida.

- **Medida 61 - Celebrar protocolos com instituições de ensino superior que ministram cursos de ciências da comunicação e de jornalismo.**

Celebrou-se um protocolo com a Escola Superior de Educação, do Instituto Politécnico de Setúbal, prevendo especificamente o desenvolvimento de intervenções relacionadas com a problemática do género e não-discriminação no curso de ciências da comunicação. Este protocolo foi assinado a 25 de julho de 2014.

Iniciaram-se em 2014 procedimentos com vista à assinatura de Protocolo com Universidade da Beira Interior com vista à celebração de protocolo que prevê a introdução da temática da igualdade de género e não-discriminação no curso de ciências da Comunicação.

Área Estratégica 7 – Cooperação

7.1 – Relações Internacionais – Cooperação bilateral e multilateral

- **Medida 62 – Contribuir para a consolidação das políticas de igualdade da União Europeia e das adotadas noutras organizações internacionais.**

- No quadro da União Europeia:

No âmbito da Presidência Italiana, foi organizada a Conferência Ministerial da Igualdade, que decorreu em Roma, nos dias 23 e 24 de outubro. A Delegação Nacional foi chefiada pela Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade. A Conferência teve como tema principal “Pequim+20”. A Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade interveio na Mesa Redonda Ministerial sobre a temática «*Gender Equality: a way forward*» e destacou os avanços conseguidos por Portugal, em algumas das áreas críticas identificadas pela Plataforma de Ação de Pequim.

Relativamente aos desafios e prioridades para o futuro das políticas de promoção da igualdade de género e quais as medidas concretas a adotar, a Secretária de Estado defendeu que devem ser assumidos como desafios carecidos de maior atenção e investimento, as desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho traduzidas nas diferenciações salariais e na escassa representação de mulheres nos órgãos de decisão das empresas e das organizações e advertiu, apelando aos Estados membros para investirem fortemente nas medidas de conciliação da vida profissional e familiar.

A Secretária de Estado sublinhou, no entanto, que a primeira prioridade do país nesta área que, em seu entender, deveria ser também assumida no seio da União Europeia, é a prevenção e o combate à violência doméstica e de género.

O MNE acompanhou de forma ativa o aprofundamento das políticas de igualdade:

- i) ao nível técnico, no Grupo Questões Sociais; e
- ii) ao nível político, no Conselho Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores (EPSCO).

Pela sua relevância, destacam-se as participações da CIG nas seguintes reuniões:

- Participação nas duas reuniões do Grupo de Alto Nível para o *mainstreaming* de género, da Comissão Europeia;
- Participação na reunião da Rede e Semana das Pequenas e Médias Empresas da Comissão Europeia, promovida pela Presidência Italiana, em novembro de 2014;
- Participação em dois eventos, promovidos pelo EIGE: Boas Práticas de Empreendedorismo Feminino, em Atenas; e, Boas Práticas de Conciliação entre a Vida Profissional, Familiar e Pessoal, em Vilnius;
- Participação no seminário de Boas Práticas de Empreendedorismo Feminino, promovido pela Comissão Europeia, no âmbito do programa Progress, que teve lugar em setembro, em Londres;
- Participação nas reuniões promovidas pela EQUINET, FRA e Comissão Europeia: *Training Event on LGBTI Issues*, Bruxelas, 17 e 18 de junho; *Equinet WG Equality Law in Practice*, Budapeste, 11 e 12 de setembro; *Equinet Legal Training on positive action measures*, Belgrado, 16 e 17 de outubro; *The charter of fundamental rights of the European Union*, Bruxelas, 17 e 18 de dezembro.

O INE participou nas 4ª e 5ª reuniões do Grupo de trabalho sobre o Index para a Igualdade de Género, promovidas pelo EIGE, nas discussões online *do EuroGender Network*, nomeadamente: "*EIGE priorities in the field of Gender-Based Violence (2016-2018)*", "*Functionality and Design of EIGE's Database on Gender Statistics*" e "*EIGE's database on gender statistics: interface and dissemination*".

- No quadro das Nações Unidas:

1- Conselho de Direitos Humanos (CDH)

Ao longo de 2014, nas Sessões de março, junho e setembro do CDH, Portugal (MNE em estreita articulação com a CIG) demonstrou a sua vontade de promover a igualdade de género:

1.1 Na 25ª Sessão (março) participou num *side event* sobre Prevenção da Violência Sexual na República Democrática do Congo;

1.2 Na 26ª Sessão (junho), copatrocinou várias resoluções, nomeadamente:

- Resolução, da iniciativa da Colômbia e do México, sobre "Eliminação da Discriminação Contra as Mulheres";

- Resolução, da iniciativa da Alemanha e das Filipinas, sobre o Mandato da Relatora Especial sobre o Tráfico de Pessoas, Especialmente Mulheres e Crianças;
- Resolução, da iniciativa do Canadá, sobre o “Intensificação dos Esforços para Eliminar todas as Formas de Violência Contra as Mulheres”.

Na sessão de junho do CDH, Portugal também coorganizou com os EUA, Senegal, Quênia, ACNUR e a UN WOMEN um evento paralelo sobre o “Lançamento da Campanha Internacional para acabar com a Discriminação de Género nas Leis da Nacionalidade”.

1.3 Na 27ª Sessão (setembro) copatrocinou várias resoluções, nomeadamente:

- Resolução, da iniciativa dos Emiratos Árabes Unidos, sobre “Direito das Mulheres à Educação em pé de igualdade”;
- Resolução, da iniciativa conjunta do Brasil, Chile, Colômbia e Uruguai, sobre “Orientação Sexual e Identidade de Género”;
- Resolução, da iniciativa da Colômbia, Nova Zelândia e Burquina-Faso, sobre “Prevenção da Mortalidade Materna e da Mortalidade”;
- Resolução, da iniciativa do Grupo Africano, sobre “Intensificação dos Esforços e Partilha de Boas Práticas para Eliminar Eficazmente a Mutilação Genital Feminina”.

1.4. No âmbito das sessões do Exame Periódico Universal (UPR) no CDH que decorreram em 2014, Portugal recomendou, aos Estados que ainda não o tivessem feito, a criação de Planos Nacionais de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança, segundo a Resolução do Conselho de Segurança n.º 1325. Recomendou, ainda, aos Estados que não tivessem ratificado a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) e o respetivo Protocolo Opcional, que o fizessem sem reservas.

2 – 69.ª Assembleia Geral

2.1 Na 3.ª Comissão (de 6 de outubro a 30 de novembro), Portugal apoiou todas as iniciativas em matéria de igualdade de género:

- Resolução, de iniciativa da França e dos Países Baixos, sobre “Intensificação dos esforços para eliminar todas as formas de violência contra as mulheres e raparigas”;
- Resolução, de iniciativa do Grupo Africano, sobre “Intensificação dos Esforços para Acabar com a Fistula Obstétrica”;
- Resolução, de iniciativa das Filipinas sobre “Tráfico de Mulheres e Raparigas”;

- Resolução, de iniciativa do Grupo Africano, sobre “Intensificação de Esforços Globais Para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina”;
- Resolução, de iniciativa do Canadá e da Zâmbia, sobre “Casamentos de crianças, precoces e forçados”.

Portugal propôs, ainda, a inclusão, na Declaração da UE sobre “Promoção das Mulheres”, de uma referência à “eliminação da violência contra as mulheres”.

2.2 Na 1.^a Comissão, Portugal copatrocinou uma Resolução, de iniciativa de Trindade e Tobago, sobre “Mulheres, desarmamento, não proliferação e controlo de armamento”.

3 – Conselho de Segurança

Portugal fez uma Declaração, no âmbito de um debate aberto sobre “Mulheres, Paz e Segurança – violência sexual em conflito armado”, que teve lugar a 25 de abril de 2014, na qual reafirmou o empenho em assegurar a participação efetiva das mulheres em matérias de paz e segurança.

4 – Respostas a pedidos de informação e questionários (em coordenação com outras entidades nacionais):

- Resposta a pedido de informação sobre a aplicação nacional da Resolução da AGNU 67/146, sobre “Mutilação Genital Feminina”, tendo em vista a elaboração de um relatório do SGNU;
- Resposta ao questionário do ACDH (GT sobre Discriminação Contra Mulheres) sobre “não discriminação e igualdade na família e na vida cultural”;
- Resposta a questionário do Gabinete do ACDH para efeito de preparação de um relatório sobre os “principais desafios na prevenção e eliminação da mutilação genital feminina”, de acordo com o solicitado pela Resolução do CDH 27/22;
- Resposta a questionário do Gabinete do ACDH sobre “Casamentos de crianças, precoces e forçados”;
- Contributo para o Relatório do SG das NU sobre a Resolução da AGNU 68/33 sobre “Mulheres, desarmamento, não-proliferação e controlo de armamento”.

5 – ECOSOC – 58ª Sessão da Comissão sobre o Estatuto da Mulher (CSW)

A 58ª Sessão da CSW, promovida pelas Nações Unidas, teve lugar em Nova Iorque, decorreu nos dias 7 a 21 de março de 2014. As discussões centraram-se no tema principal “Desafios e conquistas na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio para mulheres e raparigas”.

Durante a sua sessão anual, em Nova Iorque, mais de 6 mil representantes de Estados-Membros, das Nações Unidas e organizações não-governamentais (ONGs) discutiram os desafios e conquistas na implementação dos oito objetivos conhecidos como os objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), antes do prazo de 2015.

Decorreram duas mesas redondas de alto nível, nos dias 7 e 9 de março, sobre o tema prioritário, onde os Altos Representantes apresentaram as suas intervenções sobre lições aprendidas, resultados e boas práticas, obstáculos e desafios, apoiados em dados no que respeita à implementação dos compromissos relacionados com este tema, ao nível nacional.

A Chefe da Delegação nacional, Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade, defendeu que na Agenda para o Desenvolvimento pós-2015 deveria ser “explícito o propósito da prevenção e combate a todas as formas de violência sobre as mulheres, considerado de forma autónoma e clara, num compromisso intenso que deve ser servido pelos meios apropriados a esse combate”. A este propósito, sublinhou o empenho de Portugal em defender, no quadro das negociações da Agenda para o Desenvolvimento Pós-2015, um objetivo sobre prevenção e eliminação de todas as formas de violência contra mulheres e raparigas.

Em linha com o defendido pela Chefe da Delegação nacional, a Comissão para o Estatuto da Mulher identificou as questões críticas que não foram suficientemente abordadas pelos ODM, salientando a violência contra as mulheres e raparigas como um dos grandes objetivos omissos apelando à adoção de medidas na sua prevenção e combate para corrigir este facto.

As Conclusões Acordadas desta Sessão, aprovadas por consenso em 21 de março, refletem as interseções da CSW com outros processos globais que decorrem em paralelo de preparação e revisão dos ODM, que terminam em 2015, e de elaboração da nova Agenda para o Desenvolvimento Pós-2015.

6 – Divulgação de iniciativas nacionais

Em 2014 foi divulgada, junto do Gabinete do ACDH, e tendo por base a proposta do Alto Comissário, a matriz de indicadores nacionais sobre Violência contra as Mulheres, que foi elaborada no âmbito da CNDH.

- No quadro do Conselho da Europa:

No debate temático (1195.^a reunião de Delegados, 19 de março de 2014) sobre “Violência contra as Mulheres”, Portugal expôs os últimos investimentos realizados no âmbito da violência doméstica e de género e na proteção das suas vítimas. Apelou aos EM para ratificarem a Convenção de Istambul e manifestou apoio à estratégia do Conselho da Europa para a Igualdade de Género.

A CIG tem a representação nacional no Comité Europeu de Coesão Social, Dignidade Humana e Igualdade. De realçar que a representante nacional foi eleita, pelos restantes membros deste Comité, Relatora para as questões da Igualdade.

- No quadro da OSCE:

No âmbito da Reunião de Aplicação da Dimensão Humana da OSCE – a principal reunião anual da Organização nas áreas de Direitos Humanos e Estado de Direito –, que teve lugar entre os dias 22 de setembro e 3 de outubro de 2014, em Varsóvia, Portugal participou ativamente em duas sessões de trabalho dedicadas aos temas “ Tolerância e não-discriminação, incluindo igualdade de oportunidades para mulheres e homens e execução do Plano de Ação da OSCE para a Promoção da Igualdade de Género” e “Violência contra mulheres e crianças”;

Portugal, através da UE, promoveu uma discussão franca e profunda sobre esta temática na Conferência de Revisão da Igualdade de Género, que teve lugar em Viena, entre 10 e 11 de julho de 2014;

No Conselho Ministerial de Basileia (4 e 5 de dezembro de 2014), Portugal, no âmbito da UE, foi um ativo defensor da adoção da Decisão Ministerial N.º 8 sobre “Adenda ao Plano de Ação da OSCE de 2004 para a Promoção da Igualdade de Género”, que prevê uma revisão do principal documento que guia a política de igualdade de género da Organização e dos seus 57 Estados participantes.

- No âmbito da NATO:

No âmbito da NATO Portugal apoiou a aprovação de diversos documentos relativos a esta matéria ao longo do ano de 2014, nomeadamente: Terceiro Relatório Anual do Secretário-Geral da NATO sobre a implementação da Resolução 1325 sobre Mulheres, Paz e Segurança e outras Resoluções com ela relacionadas; Revisão da Política para implementação da RCSNU 1325; Criação de lugar de Representante Especial do Secretário Geral para o tema Mulheres, Paz e Segurança, integrada no Gabinete do Secretário Geral.

Na sequência da sua nomeação como Representante Especial do Secretário Geral para o tema Mulheres, Paz e Segurança, a Sr.^a Mari Skaare em conjunto com o representante permanente da República Checa e o Representante Permanente da Noruega junto da NATO, enquanto líderes do projeto, apresentaram através de carta conjunta datada de 26 de junho de 2014 dirigida a todos os Representantes Permanentes o lançamento do 3.º fundo fiduciário de apoio à implementação da RCSNU 1325 nas Forças Armadas da Jordânia. No período em questão, a nível de cooperação internacional as questões de género foram abordadas em várias reuniões, em virtude do seu carácter transversal.

De salientar, no âmbito da cooperação bilateral as seguintes reuniões onde foram abordadas as questões de género:

- V Conversações Político-Estratégicas de Defesa Chile-Portugal, 7-8 de outubro, Santiago do Chile;

- XI Conferência de MDN das Américas, 11-12 de outubro, Arequipa, Peru;

-Através do representante nacional no ACSS, partilha de informação, durante o mês de outubro, do plano de ação sobre género, paz e segurança daquele Centro do Departamento de Defesa dos EUA.

De referir ainda que, a nível interno, foi nomeada uma técnica superior para a frequência do Curso "Uma abordagem Global às Questões de Género nas Operações" que decorreu em Amesterdão entre 30 de novembro e 5 de dezembro, que deverá ter efeitos multiplicadores na sensibilização dos militares que vão para o terreno, no que respeita à prossecução dos objetivos constantes do II Plano Nacional de Ação (2014-2018) para a Implementação da Resolução do CSNU n.º 1325.

- Outras

De referir que na Direção de Serviços de Relações Internacionais da DGPDN, são responsáveis pela cooperação bilateral para o continente americano, Ásia, Europa, Médio Oriente e Magrebe, 4 técnicas superiores. Destaca-se ainda a nomeação de 2 técnicas superiores, respetivamente para membro da Comissão Laboral do Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os Estados Unidos da América, com funções de coordenação e para frequentar o Curso de Cooperação Civil-Militar, no IESM, entre 23 de junho e 4 de julho de 2014, no qual se assistiu à abordagem da dimensão da igualdade de género e do papel das mulheres no âmbito das matérias do programa associadas ao desempenho de tarefas em Operações de Cooperação Civil-Militar.

Refere-se que se encontra em curso, desde 2013, a negociação de Memorando de Entendimento entre o Departamento de Defesa dos EUA e o Ministério da Defesa Nacional sobre o Intercâmbio de Oficiais de Ligação, procurando adoptar-se linguagem de género/inclusiva (exemplo de provisão "*Each Liaison Officer may only be assigned to the Host Party's command or organization set out in his or her assignment description*") nos termos do disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 103/2013, de 12 de dezembro (V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-Discriminação 2014 -2017) (e do despacho do Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional, de 3.10.2012).

De destacar o convite dirigido à DGPDN pela presidência espanhola da Iniciativa Defesa 5+5, para participar no Seminário "Perspetiva de Género nas Forças Armadas: Partilha das Melhores Práticas, que decorreu em Madrid, entre 28 e 30 de abril de 2014. A representação nacional foi assegurada pela DGPRM, com uma apresentação focada na (i) Perspetiva de género e as Organizações Internacionais de Defesa e Segurança; (ii) a situação das mulheres nas Forças Armadas portuguesas; e (iii) os Planos Nacionais e as Melhores Práticas.

- **Medida 63 – Dar a conhecer os compromissos assumidos por Portugal nas várias instâncias internacionais, bem como as orientações produzidas pelos organismos internacionais em matéria de igualdade de género.**

O MNE assegura em permanência a divulgação dos compromissos assumidos através da Rede de Contactos do Conselho Nacional para os Direitos Humanos. Igualmente, a CIG divulga através da revista institucional "Notícias", da *webpage*, página de *facebook* e *e-mail*.

Ao nível do MDN, toda a documentação e doutrina são divulgadas pela rede "GENDER" do Exército e disponibilizada no portal para o género do Exército. Realça-se, pela relevância, a divulgação da diretiva da NATO "Bi-SC Diretiva 40-1 REV 1", destinada à integração das preocupações da RCSNU 1325 no planeamento e execução do treino, preparação de forças e operações militares.

- **Medida 64 – Elaborar o II Plano Nacional de Ação para a Implementação da Resolução do CSNU 1325 (2000) sobre Mulheres, Paz e Segurança.**

O "II Plano Nacional de Ação para a Aplicação da Resolução do CSNU 1325 (2000) sobre Mulheres, Paz e Segurança" foi adotado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/2014 e publicada em DR a 26 de agosto de 2014.

O MNE, MDN, MAI e MJ participaram ativamente na redação do primeiro *draft* e trabalharam, em estreita articulação com a CIG e com o Gabinete SEAPI, nesta matéria. Depois de consolidado, o projeto de Resolução do Conselho de Ministros foi aprovado para consulta pública, em reunião de Secretários de Estado, no dia 21 de julho.

O MNE divulgou o Plano junto de todas as suas Embaixadas e Missões no Estrangeiro.

- **Medida 65 – Estabelecer Protocolos bilaterais de cooperação e programas de intercâmbio profissional no âmbito das políticas de igualdade de género, com países terceiros.**

No seguimento do Protocolo de Cooperação Técnica assinado a 2 de janeiro de 2012, entre a Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares e a Igualdade e a Secretaria de Estado da Promoção da Igualdade de Timor Leste, a CIG, a CITE e a SGPCM acolheram 2 técnicas de Timor-Leste entre os dias 12 de setembro e 9 de outubro de 2014. O objetivo desta cooperação técnica consistiu na preparação de um currículo em igualdade de género bem como a formação de Pessoal da Secretaria de Estado da Promoção da Igualdade (SEPI), em Portugal.

A DGPJ organizou, em novembro de 2014, a III Edição do Curso de Legística tendo como destinatários 9 juristas moçambicanos, oriundos de distintas entidades, nomeadamente da Presidência da República, da Direção Nacional de Assessoria Jurídica e Legislação do Ministério da Justiça e do Instituto Nacional da Marinha, entre outros. Neste Curso foram abordadas matérias do domínio da igualdade.

- **Medida 66 – Assegurar uma efetiva implementação das orientações constantes da Estratégia da Cooperação Portuguesa para a Igualdade de Género.**

A Estratégia da Cooperação Portuguesa para a Igualdade de Género está em implementação. De destacar, neste domínio, o apoio do Camões – Instituto de Cooperação e da Língua, I.P. à realização, no 1.º semestre de 2014, de duas importantes reuniões:

- uma sobre Saúde Sexual e Reprodutiva (SSR); e

- outra sobre Mutilação Genital Feminina (MGF),

no quadro da Agenda Pós-2015.

O Camões – Instituto de Cooperação e da Língua, I.P. participou na Consulta Parlamentar sobre “As Agendas Inacabadas do Plano de Ação de Cairo e dos ODM no quadro da Cooperação para o Desenvolvimento”, realizadas pelo Grupo Parlamentar sobre População e Desenvolvimento da Assembleia da República, a 28 de março de 2014.

Igualmente, patrocinou a exposição do FNUAP intitulada “Novas demais para Casar” que foi patente no Átrio Central do Edifício Sede da Caixa Geral de Depósitos, em Lisboa, de 1 a 15 de setembro de 2014. Por iniciativa da P&D Factor, no contexto da campanha “Continuamos à Espera, tendo esta exposição sido uma oportunidade única para saber mais e discutir os direitos humanos das raparigas.

Conforme citado na Medida 67, teve lugar em Maputo, em fevereiro de 2014, a III reunião de Ministras responsáveis pela Igualdade de Género da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), de que se destaca a aprovação de uma versão revista do Plano de Ação para a Promoção da Igualdade e Equidade de Género da CPLP (2014-2016).

- **Medida 67 – Consolidar a cooperação com os Estados membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa.**

As questões de Igualdade e Género foram relevantes na agenda da CPLP. As ações levadas a cabo neste âmbito em Portugal surgiram por iniciativa da SEAPI e da CIG, tendo cabido ao MNE um papel de apoio e divulgação.

Decorreu, no dia 14 de fevereiro, em Maputo, a III reunião de Ministras responsáveis pela Igualdade de Género da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), organizada pelo Governo da República de Moçambique, tendo por tema principal a “CPLP, Desafios na Prevenção e Eliminação da Violência Baseada no Género”. Portugal foi representado pela Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade.

Como aspetos principais, destacam-se a aprovação de uma versão revista do Plano de Ação para a Promoção da Igualdade e Equidade de Género da CPLP (2014-2016), a decisão de realização de um encontro informal das ministras e dos ministros responsáveis pela igualdade de género e empoderamento da mulher à margem da 58ª Sessão da Comissão sobre o Estatuto das Mulheres, o acordo em alcançar consensos nos *fora* internacionais e em promover e/ou reforçar a cooperação técnica e jurídica entre os Estados membros da CPLP, com vista ao aperfeiçoamento dos seus quadros legais em matéria de combate a todas as formas de violência contra as mulheres e o fortalecimento dos programas nacionais de combate a todas as formas de violência contra mulheres e raparigas, em especial contra a excisão feminina e o tráfico de pessoas.

De realçar o agradecimento especial de todos os Estados membros pelo financiamento do Estado Português da primeira campanha sobre a eliminação da violência contra as mulheres que foi lançada no espaço da CPLP, no dia 25 de novembro de 2013.

À margem da 58ª Sessão da Comissão sobre o Estatuto das Mulheres, que teve lugar em Nova Iorque de 10 a 21 de março de 2014 (cf. Medida 62), e de acordo com o que havia sido decidido na III reunião de Ministras responsáveis pela Igualdade de Género da CPLP, realizou-se um encontro informal das ministras e dos ministros responsáveis pela igualdade de género e empoderamento da mulher, da CPLP. Pela primeira vez, e na sequência da Declaração de Maputo, aprovada naquela Reunião, os Estados-membros, presentes nesta Comissão, proferiram as suas intervenções em Português, nas sessões plenárias.

Por iniciativa própria, contando sempre com o apoio da CIG, o MNE promoveu a inserção de um parágrafo na “Declaração Final da Cimeira de Díli”, que decorreu em julho de 2014, a propósito da realização da “Campanha sobre a Eliminação de Violência contra as Mulheres”, lançada no espaço da CPLP, no final de 2013, por iniciativa de Portugal.

A convite do Ministério da Família e Promoção da Mulher de Angola, a CIG apresentou uma comunicação no IX Conselho Multisectorial de Género, que teve lugar nos dias 18 e 19 de agosto, em Luanda, sob o tema “Igualdade de Género e a Agenda Pós 2015”.

A DGPJ organizou, em novembro de 2014, a III Edição do Curso de Legística, tendo como destinatários 9 juristas moçambicanos. No Curso foram abordadas matérias do domínio da igualdade (também cumpre a medida 65).

Uma delegação do Ministério da Justiça e Direitos Humanos de Angola visitou Portugal, em março, para conhecer e recolher informações sobre as estruturas existentes no que respeita à formação de magistrados/as e à administração e infraestruturas no sector da justiça.

Os Ministérios da Justiça de Portugal e de Angola assinaram, em maio de 2014, um Memorando de Cooperação, com vista à consolidação das relações bilaterais nas áreas de competências comuns.

No quadro das atividades de cooperação bilateral desenvolvidas em S. Tomé e Príncipe, vários peritos do Instituto dos Registos e do Notariado (IRN) deslocaram-se àquele país entre a última quinzena de novembro e a primeira de dezembro, para ministrarem ações de formação a conservadores, notários e a funcionários dos registos santomenses.

No âmbito do Programa de Justiça (cooperação delegada da União Europeia), decorreu uma formação específica em crimes sexuais destinada a investigadores criminais, ministrada em Timor-Leste, por 2 peritos da PJ, de 13 a 31 de outubro.

O Exército desenvolveu, em parceria com a DGPDN e a DGPRM, uma apresentação em *PowerPoint* a apresentar aos países da CTM, para esclarecimento destes sobre a necessidade de inserção de módulos de formação sobre o género, nas ações da CTM. Neste momento aguarda-se o *feedback* dos militares dos Ramos, responsáveis pela CTM, relativamente à aplicabilidade da referida apresentação.

- **Medida 68 – Realizar a transversalização da dimensão da igualdade de género em todas as políticas sectoriais de cooperação para o desenvolvimento.**

A Igualdade de Género constituiu um princípio orientador em todas as políticas sectoriais de cooperação para o desenvolvimento. A transversalidade daquele princípio é assumida na preparação e execução dos Programas e projetos apoiados pelo Camões IP.

A DGPDN considera que, quer numa perspetiva interna, quer através de ações de sensibilização a concretizar no terreno, é possível contribuir para a transversalização da dimensão da igualdade de género nas políticas sectoriais de cooperação para o desenvolvimento, concretamente na implementação dos projetos de Cooperação Técnico-Militar (CTM). Com efeito, tem havido nos

últimos anos uma maior abertura por parte do EMGFA/ IESM e dos Ramos das FA para incluir mulheres em missões de CTM, a par dos necessários esforços realizados no sentido de eliminar os obstáculos de natureza logística inibidores da participação das mulheres em missões, nomeadamente garantindo as adequadas condições de alojamento nas Residências da CTM.

O objetivo final das Forças Armadas Portuguesas, e preferencialmente prosseguido nas relações estabelecidas com as Forças Armadas dos países parceiros, traduz-se na criação de condições que permitam que o ingresso e progressão dos quadros se efetue em igualdade de circunstâncias e oportunidades, por classe, posto e categoria, nas respetivas carreiras, de acordo com a legislação vigente, independentemente do sexo. Nessa perspetiva e tendo em consideração que são os Ramos das Forças Armadas as entidades responsáveis pela indigitação dos militares para ações de CTM, competindo ao MDN, ou ao DGPDN, a sua nomeação, estiveram ou estão envolvidas em CTM, desde janeiro de 2014, as seguintes militares:

Em Angola e Moçambique:

- Força Aérea: 2 psicólogas (Tenente e Capitão), 1 Técnica de Pessoal e Apoio Administrativo; Formação de Formadores/as: 1 tenente; 1 Tenente em assessoria técnica temporária.
- Marinha: 1 Técnica Superior naval de educação; Formação de Formadores/as: 1 Tenente; 1 Tenente em assessoria técnica temporária.

Em Timor-Leste

- Exército: 1 Alferes em assessoria técnica temporária.

De referir, e considerando a importância do reforço da formação sobre direitos humanos, direito internacional humanitário, igualdade de género e violência contra as mulheres, designadamente junto das forças militares, policiais e civis destacadas para missões de construção e manutenção da paz e segurança internacionais e cenários de emergência e gestão de crises, o trabalho desenvolvido pelos assessores militares portugueses no Centro de Formação de Operações de Paz (CFOP) em Angola. O CFOP ministrou de janeiro a julho de 2014, o 9º Curso Elementar de Operações de Paz e o 10º Curso Avançado de Operações de Paz, em cujos programas se incluem matérias relativas às Nações Unidas, seus princípios e orientações, ao enquadramento jurídico das Operações de Paz e ao Direito Humanitário Internacional. Os dois cursos alcançaram um universo de cerca de 250 militares angolanos.

7.2 – Comunidades Portuguesas

- **Medida 69 – Reforçar a promoção da igualdade de género nas comunidades portuguesas.**

A Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade assinalou o Dia Internacional das Mulheres num encontro com a Comunidade Portuguesa em Elizabeth, Nova Jersey, Estados Unidos da América (à margem da participação na 58ª sessão da CSW).

Neste dia, especialmente dedicado às mulheres e raparigas da diáspora, a Secretária de Estado visitou uma escola (Escola Amadeu Correia do Clube Português de Elizabeth) e as instalações do *Portuguese Instructive Social Club*. Numa intervenção, abordou as temáticas da igualdade de género e explicou as posições assumidas por Portugal na CSW.

O MNE apoiou financeiramente as seguintes iniciativas da associação “Mulher Migrante – Associação de Estudo, Cooperação e Solidariedade”:

- Pré-apresentação da Publicação “Expressões Femininas da Cidadania”, em janeiro de 2014 e, em abril, apresentação do mesmo livro e de “Entre Portuguesas – 20 Anos da Associação Mulher Migrante”;
- Colóquios em Portugal, em colaboração com docentes do CEMRI/Universidade Aberta, com as Câmaras Municipais de Vila Nova de Gaia e de Espinho e com o Jornal “As Artes e as Letras”;
- Colóquios nas Comunidades do Estrangeiro (executando também a medida 70), nos EUA, no Luxemburgo, em França, na Alemanha e na Venezuela.

Por fim, de destacar que, durante o ano 2014, participaram em missões internacionais, junto das comunidades portuguesas, 5 militares do sexo feminino (4 em Angola e 1 em Moçambique).

- **Medida 70 – Incluir a dimensão da igualdade de género nas relações com os países de residência e trabalho de nacionais.**

A realização de colóquios nas comunidades do estrangeiro, promovidos pela Associação Mulher Migrante com o apoio do MNE, citada na medida anterior, cumpre igualmente os objetivos desta medida.

Grau de execução do Plano: Síntese avaliativa

O V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-discriminação (2014-2017) resulta de uma iniciativa do Governo, após consulta pública, que decorreu entre 25 de novembro e 6 de dezembro de 2013³⁸. Constitui uma resposta à concretização dos princípios constitucionais da promoção da igualdade entre homens e mulheres e da não-discriminação, os quais encontram também consagração no ordenamento jurídico comunitário e internacional.

Concretiza-se num conjunto de medidas inscritas em 7 Áreas Estratégicas destinadas a promover o desenvolvimento de ações com vista a consolidar a igualdade de género, bem como o combate à não discriminação, através do envolvimento de todos os sectores da sociedade portuguesa. De salientar que pela sua natureza e abrangência, o V PNI adota uma estratégia de implementação estruturada e calendarizada.

O Relatório intercalar de execução do V PNI, elaborado pela CIG, que durante 2014 cumpriu as suas competências de coordenação e monitorização do Plano através de uma articulação e diálogo permanentes com todos os organismos envolvidos, assenta nas respostas das entidades responsáveis pela sua execução, bem como num conjunto complementar de atividades de monitorização e de controlo, nomeadamente através de reportes intercalares e das informações prestadas nas reuniões do Conselho Consultivo da CIG. Das 60 medidas cuja execução estava prevista para 2014 ou durante toda a vigência do plano, uma não teve ainda execução (Medida 60) e 5 foram consideradas como parcialmente executadas (Medidas 1, 14, 15, 38 e 65).

Em termos globais, poder-se-á considerar que a execução foi bastante positiva, correspondendo a um total de 98,3% executado ou parcialmente executado e apenas 1,7% não executado (como se poderá constatar no Quadro-resumo), respeitando estes valores às medidas com calendarização estabelecida para o ano de 2014 ou para todo o período de vigência do Plano e, naturalmente, excluindo as medidas calendarizadas para execução nos próximos anos até 2017.

³⁸ Disponível em <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministro-da-presidencia-e-dos-assuntos-parlamentares/quero-saber-mais/preciso-de-uma-informacao/20131127-seapi-consulta-publica-planos.aspx>

Taxa de execução do Plano no ano de 2014

Áreas Estratégicas	N.º total de medidas	N.º de medidas previstas para 2014 ou "Durante toda a Vigência do Plano"	N.º de medidas executadas em 2014	Percentagem de medidas executadas em 2014
Área Estratégica 1	13	12	12	100%
Área Estratégica 2	27	21	21	100%
Área Estratégica 3	9	9	9	100%
Área Estratégica 4	5	3	3	100%
Área Estratégica 5	3	3	3	100%
Área Estratégica 6	4	3	2	66,7%
Área Estratégica 7	9	9	9	100%
TOTAL	70	60	59	98,3%

SIGLAS utilizadas

ACM – Alto Comissariado para as Migrações, I.P.

AEP – Associação Empresarial de Portugal

AIP – Associação Industrial Portuguesa

AGNU – Assembleia Geral das Nações Unidas

ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses

APA, I.P. – Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.

APDC, I.P. – Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.

APEM – Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres

APF – Associação para o Planeamento da Família

ARS, I.P. - Administração Regional de Saúde, I.P.

CASES - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social

CDH – Conselho de Direitos Humanos

CEJ – Centro de Estudos Judiciários

CEJUR - Centro Jurídico da Presidência do Conselho de Ministros

CENJOR – Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas

CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género

CIG/DRN - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género/Delegação Regional do Norte

CITE - Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego

CPLP- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

DCGC – Departamento de Comunicação e Gestão do Cliente

DGArtes - Direção-Geral das Artes

DGE – Direção-Geral da Educação

DGPDN – Direção-Geral Políticas de Defesa Nacional

DGPRM – Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar

CLAII - Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes

CNAI – Centro Nacional de Apoio ao Imigrante

CNPCJR – Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em risco

CPCJ – Comissão Proteção de Crianças e Jovens

DGAE – Direção-Geral das Atividades Económicas

DGAEP - Direção-Geral da Administração e do Emprego Público

DGAI – Direção-Geral de Administração Interna

DGE – Direção-Geral de Educação

DGES – Direção-Geral do Ensino Superior

DGPJ – Direção-Geral de Políticas de Justiça

DGRSP - Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

DGS – Direção-Geral de Saúde

EIGE – Instituto Europeu para a Igualdade de Género

EQUINET - European Network of Equality Bodies

FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia

FPCE-UP – Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto

FRA – Agência para os Direitos Fundamentais

FS – Forças de Segurança

GEP - Gabinete de Estratégia e Planeamento

GEPAC - Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais

GMCS - Gabinete para os Meios de Comunicação Social

GNR – Guarda Nacional Republicana

IEFP, I.P. - Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.

ILGA – Intervenção Lésbica, Gay e Transgénero

INA - Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas

INE, I.P. - Instituto Nacional de Estatística, I.P.

INML – Instituto Nacional de Medicina Legal

INR, I.P. - Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P.

IPDJ, I.P. - Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P.

IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social

ISS, I.P. - Instituto da Segurança Social, I.P.

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgénero

MADR - Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional

MAI - Ministério da Administração Interna

MAM - Ministério da Agricultura e do Mar

MAOTE - Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia

MDN - Ministério da Defesa Nacional

ME - Ministério da Economia

MEC - Ministério da Educação e Ciência

MF - Ministério das Finanças

MJ - Ministério da Justiça

MNE - Ministério dos Negócios Estrangeiros

MS - Ministério da Saúde

MSESS - Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social

ONG – Organizações Não Governamentais

PCM - Presidência do Conselho de Ministros

PGR – Procuradoria-Geral da República

PJ – Polícia Judiciária

PME – Pequenas e Médias Empresas

POPH – Programa Operacional Potencial Humano

PSP – Polícia de Segurança Pública

QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional

RCM – Resolução do Conselho de Ministros

RCSNU – Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas

SCML – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

SEAPI – Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade

SGNU – Secretário-geral das Nações Unidas

UMAR - União de Mulheres Alternativa e Resposta